

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CUSTOS DO ENSINO MUNICIPAL
DE 1.º GRAU EM SALVADOR

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Dr. Roberto Figueira Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DO SALVADOR

Dr. Fernando Wilson Magalhães

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Profa. Maria Stela Santos Pita Leite

*Fare mais briza
com um forte abraço
das amigas,*

*Flávia Faria
Elizabeth G. Santos
Maria Canto Cintra
Salvador, setembro 1978.*

CUSTOS DO ENSINO MUNICIPAL DE 1º GRAU
EM SALVADOR

SALVADOR

1978

Salvador. Prefeitura Municipal.

Custos do ensino municipal de 1º grau em Salvador, por Elizabete Conceição Santana, Florinda Maria Bezerra Pinheiro e Maria Couto Cunha. Salvador, 1978.
74 ...fls.

Trabalho apresentado no III Seminário Nacional sobre a realidade do ensino de 1º grau nas capitais, Rio de Janeiro, 25-29 de abril. 1978

CDU 373.3.003.12(814.21)

Coordenação e elaboração:

ELIZABETE CONCEIÇÃO SANTANA
FLORINDA MARIA BEZERRA PINHEIRO
MARIA COUTO CUNHA

Auxiliares Técnicos

ISABEL MARIA S. APPIP
MARIA DE FÁTIMA NEVES
TELBA F. DA SILVA

Estagiários

Ana Lúcia Nunes Costa
Bárbara Guilhermina Raio
Francisco Almeida Conceição
Iracema C. Salustino
Mônica L. Vasconcelos
Vera Lucia B. Carregosa
Valdemir P. Lapa Filho

APRESENTAÇÃO

Este trabalho que envolve uma análise dos custos do ensino municipal de 1º grau em Salvador foi apresentado, inicialmente, no III Seminário Nacional sobre a Realidade do Ensino de 1º grau nas Capitais.

Em verdade, o estudo representa um esforço do governo municipal de Salvador no sentido de conhecer e avaliar o custo de funcionamento da sua rede de ensino regular de 1º grau.

Na elaboração do presente trabalho, estabeleceram-se os seguintes objetivos:

- conhecer a estrutura dos custos que se constitui em um indicador indispensável para o estabelecimento de eficiente sistema de planejamento e administração educacional;
- analisar as variáveis envolvidas nos custos, dada a significativa importância que exercem no funcionamento da rede;
- dispor de um subsídio valioso para tomadas de decisões que venham a melhorar a eficiência da rede.

Em virtude do caráter deste estudo, procurou-se organizar as idéias de modo a aproveitar ao máximo as escassas informações obtidas que foram estruturadas de formas a oferecer uma visão global da rede de ensino municipal, conforme será apresentado no capítulo 2. Encontrar-se-á em seguida, no capítulo 3, a abordagem dos problemas específicos de custos, inclusive a metodologia utilizada na análise. O capítulo 4 expõe as conclusões, incluindo algumas recomendações.

É útil salientar que não se pretendeu desenvolver uma análise acabada dos custos da rede municipal de ensino de Salvador. Muito pelo contrário, todo o enfoque objetivou possibilitar o conhecimento do custo de funcionamento da rede, o que de antemão já deixa margem para elaborar outros trabalhos dessa natureza, mais abrangentes em seu escopo, ou mesmo para fins comparativos.

Enfim, pensa-se, estar contribuindo para melhorar a utilização dos recursos educacionais disponíveis, através de uma ação racionalizadora dirigida para a detecção das ineficiências e sua redução.

S U M Á R I O

1 - INTRODUÇÃO

2 - A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE 1º GRAU DA CIDADE DE SALVADOR

2.1 - POSIÇÃO NO SISTEMA EDUCACIONAL E DIMENSIONAMENTO

2.2 - CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

2.3 - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

2.4 - FINANCIAMENTO

3 - ANÁLISE DE CUSTOS

3.1 - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

3.2 - DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE

3.3 - CUSTOS TOTAIS DO ENSINO E ESTRUTURA DOS CUSTOS

3.4 - CUSTO MÉDIO ALUNO/ANO

3.5 - CUSTO MÉDIO ALUNO/ANO E TAMANHO DAS UNIDADES ESCOLARES

3.6 - CUSTO MÉDIO ALUNO/ANO E RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO

3.7 - CUSTO MÉDIO ALUNO/ANO E LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

4 - CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

5 - ANEXOS

6 - BIBLIOGRAFIA

I - INTRODUÇÃO

"Atualmente, as despesas com a educação são propostas com pouco conhecimento factual, e desconhecimento do seu impacto econômico; por isso tais despesas levam desvantagem quando competem com outros gastos do Governo de importância mais tangível e consequências mais conhecidas".

C.M. Castro

No Brasil, os aspectos econômicos da educação constituem um campo de interesse que gradativamente vem despertando maior atenção entre os profissionais e estudiosos do assunto por um lado, e entre os órgãos governamentais por outro, que se percebem cada vez mais solicitados a aumentar seus serviços educacionais para uma população crescente em quantidade e aspiração de vida.

A educação é um dos serviços que no Brasil, atualmente, vem se expandindo de modo vertiginoso, exigindo investimentos e gastos que não se compatibilizam, na maioria das vezes, com os orçamentos previstos. Há uma pressão por mais e melhor educação, isto é, exige-se que o Governo assuma sempre mais a responsabilidade de uma educação democrática, inspirada nos princípios de igualdade de oportunidades para todos. Neste momento, principalmente para aqueles Governos cujos orçamentos são limitados, surge o problema a ser solucionado: como fornecer mais e melhor educação com os recursos disponíveis?

A concepção de mais e melhor educação não pode ser concretizada expandindo-se meramente o número de prédios existentes; certamente que o aumento quantitativo e a melhoria qualitativa do processo educacional vão requerer (dentro das condições possíveis) mudanças nas estruturas educacionais, conteúdos e métodos que satisfaçam as necessidades dos indivíduos em um mundo de rápida mudança e lhes dêem condições de obterem futuros retornos financeiros. Para atender a tais condições, naturalmente maiores orçamentos são necessários, porém isto não é o suficiente. Novas atitudes dos educadores face a inovações e reformas também são

1.

necessárias ao lado da pesquisa e do desenvolvimento de infraestruturas e de processos dentro do sistema educacional, possibilitando-se uma análise crítica. Entretanto, a pré-condição para tudo isso é a modernização da administração educacional, incluindo maior capacidade de avaliar o desempenho das instituições educacionais em relação a objetivos definidos e atuais; de descobrir caminhos que possam melhorar sua eficiência e efetividade e por fim, de planejar o futuro, tendo em vista estas mudanças.

São estas considerações que mais enfaticamente justificam a análise de custos. Esta não possui nenhum poder mágico capaz de remediar situações, mas se constitui em um instrumento poderoso e necessário para a moderna administração e efetivo planejamento educacional. Contribui também para que se obtenha mais e melhor educação, quaisquer que sejam os recursos disponíveis.

Experiências provaram que qualquer medida adotada para desenvolver a qualidade e quantidade de educação fornecida, sem prévio exame das consequências nos custos, pode resultar em fracasso total. Verificou-se também que, na maioria das situações, os custos têm pouco valor ou significação por si mesmos; os objetivos educacionais buscados, assim como o montante de inversões devem ter uma relação lógica e proporcional, pois quando esta relação não existe há a possibilidade de maior inversão de recursos do que a necessária, podendo conduzir a um desperdício dos mesmos ou a uma menor inversão o que pode conduzir a uma paralisação dos programas. Em outras palavras, os custos constituem um lado da equação que liga os insumos aos produtos e benefícios educacionais.

Em termos econômicos a escola é equiparada a uma indústria, que em seu processo produtivo utiliza insumos, tecnologias, controle de qualidade etc. O custo de cada um destes elementos deve ser conhecido, assim como o custo total de produção - (ou custo unitário/aluno) porque oferece uma clara visão da estrutura dos custos, fator importante nas tomadas de decisões.

Finalmente, para definir a importância da utilização de uma análise de custos em educação, pode-se dizer que seus propósitos servem para

avaliação, planejamento, tomada de decisões e melhoramento geral do custo/eficácia do sistema de ensino.

Entretanto, por uma série de razões, as administrações educacionais muito pouco conhecem para onde vão seus recursos e quais os resultados obtidos com a despesa. No Brasil, os estudos nesta área, talvez pelo fato de implicarem em importantes e difíceis problemas metodológicos, são muito poucos (Castro, Cláudio e outros, 1972). Dada a importância que um estudo de custos educacionais representa na gerência do processo de ensino é necessário que maior atenção lhe seja dada assim como à metodologia que comporta.

É, pois, dentro desta perspectiva econômica que se procurou estudar a estrutura de custos da rede municipal de ensino de Salvador, dirigindo o esforço para se estabelecer um ponto de partida para estudos nesta linha, ainda bastante ausentes do contexto educacional local. (*)

(*) Esclarece-se, contudo, que na esfera do ensino superior já se realizam trabalhos dentro deste enfoque, a exemplo dos estudos anuais do custo/aluno/disciplina preparados pela Universidade Federal da Bahia e do estudo publicado pela SEPLANTEC/CPE in: Análise Global da Economia Baiana, 1974.

2 - A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE 1º GRAU DA CIDADE DO SALVADOR

2.1 - POSIÇÃO NO SISTEMA EDUCACIONAL E DIMENSIONAMENTO

Salvador, o maior município da Bahia que no ano de 1977 concentrava 29,7% da população total do Estado, apresenta de um modo geral situação educacional mais favorável que as demais unidades político-administrativas estaduais, evidenciada pelo fato de que os valores calculados para este município com relação a alguns indicadores educacionais são mais altos que os observados para cada uma das 17 Regiões Administrativas e para o Estado como um todo (1).

No período de 1970-75, o ensino de 1º grau, em Salvador, apresenta uma taxa de crescimento da matrícula global equivalente a 57,72%, um incremento da matrícula na faixa etária de 7 a 14 anos equivalente a 16,6% e taxas aparentes de sobrevivência da matrícula por série que se situam sempre acima de 80,0%. (Tabela 2 e Diagrama 1)

Apesar disto, os indicadores que demonstram o grau de distorção da matrícula/série-idade e a relação população escolarizada/população escolarizável sugerem a existência de importantes problemas de oferta no sistema educacional do município. Por exemplo, apenas 51,1% dos alunos do 1º grau do ensino regular estariam em idade teoricamente adequada às séries que frequentam e, por outro lado, só 66% da população de 7-14 anos está escolarizada (Tabela 1 e Gráfico 1). Estes percentuais revelam problemas de oferta educacional que parecem mais graves quando se visualiza a cidade de Salvador como um centro em crescimento e com uma população escolarizável no 1º grau que entre 1970 e 1975 aumentou 11,5%, enquanto a população total no mesmo período apresentou um incremento de 24,7% (2).

Neste contexto, o ensino de 1º grau municipal participa atendendo 13,2% da população de 7-14 anos, o que representa 20,1% dos escolarizados naquela faixa etária em toda a cidade de Salvador. (Tabelas 3, 4 e Gráfico 11).

Não houve, entre 70 e 75, no que se refere a matrícula total, mudanças

significativas na participação da administração municipal uma vez que, se no início do período os alunos das escolas da Prefeitura representavam 14,2%, ao final do mesmo, aquela proporção ainda é de apenas 16,1%. Contudo, houve na rede, entre 70 e 75, uma expansão caracterizada pelo incremento de 31,9% na matrícula total, acompanhada do crescimento do número de salas que, entre 70 e 77, atinge uma taxa equivalente a 68,1%. (3) Com referência às finanças educacionais, constata-se que o esforço realizado pelo governo municipal para aumentar a participação na matrícula total de Salvador, correspondeu a um aumento da relação despesas com educação/despesas totais que se em 1970 era equivalente a 4,7%, em 1975 passou para 9,8% e em 1977 alcança o valor de 11,3%.

Enquanto isto, a despesa per capita que em 1970 foi igual a 146,00 , em 1975 foi de 1.064,00 (*). Além disso, entre 1970-75 as despesas com educação na Prefeitura apresentaram um incremento de 183,0% quando as despesas totais do município cresceram a uma taxa de apenas 37,0%. (Tabelas 5e6)

Observa-se então, como os ganhos em termos de expansão da matrícula foram acompanhados de um grande esforço de custeio.

No ano de 1977 a rede caracteriza-se pelo atendimento de alunos nos moldes de ensino regular e supletivo, destacando-se o primeiro não só pela representatividade na matrícula geral da Prefeitura de Salvador, conforme ressaltam os dados anexos, como também pelo montante de recursos orçamentários alocados para aquele tipo de ensino.

O 1º grau regular corresponde a cerca de 85,0% do total de alunos atendidos na rede, o ensino supletivo na forma de educação integrada equivale a 14,2% do atendimento e os alunos a nível de Jardim de Infância não representam mais que 1,0%. (Tabela 7).

Estima-se, que do total de recursos alocados para o ensino, 67% são utilizados com o 1º grau regular o que corresponde a 57% do total de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) (**), sendo conveniente lembrar que além do atendimento educacional aqueles recursos servem também para financiar as atividades dos Departamentos de Cultura e Folclore, do Gabinete do Secretário e do Serviço de

(*) Em cruzeiros de 1970.

(**) Para maior facilidade de redação e leitura usou-se sempre a sigla SMEC para designar a "Secretaria Municipal de Educação e Cultura" e a sigla GI para fazer referência a "Grupo Interescolar".

Quatorze grupos interescolares (GI) e 11 escolas isoladas compõem a rede, perfazendo um total de 173 unidades que se distribuem pelos diversos bairros da cidade, reunindo aproximadamente 44.382 alunos. (Tabela 7).

Quanto aos recursos físicos observa-se que, integrada por pequenas unidades, frequentemente compostas de menos de 10 salas, a rede municipal caracteriza-se pela adoção de uma sistemática de convênios, recurso que permite realizar atividades de ensino sem os encargos de investimento de capital destinado à construção de salas. Aproveitando assim, a capacidade ociosa de prédios pertencentes a entidades privadas construídos para atividades escolares ou, adaptando outros tipos de instalações para a realização daquelas atividades, a Prefeitura supre a carência de espaço físico que a existência de poucos prédios próprios sugere.

Com efeito, em 1977 do total de cerca de 676 salas existentes na rede municipal 60,00% são ocupadas mediante a contratação de convênios entre a Prefeitura e diversas entidades privadas, algumas das quais, como o Colégio São Jerônimo e a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade estão voltadas para a função ensino. Outras, como a Paróquia Nossa Senhora das Dores, a Loja Maçônica União Caridade e Abrigo não estão especificamente voltadas para aquela atividade. (4)

Isto imprime ao sistema, no que se refere aos aspectos físicos, uma característica "sui generis". A ocupação de prédios de baixo custo em zonas mal providas de serviço de ensino de 1º grau, ao mesmo tempo que restringe a capacidade de absorver alunos, facilita a distribuição de oportunidades educacionais e, o que é mais importante, garante a oferta justamente naqueles locais onde um sistema com padrões mais rígidos de organização da disponibilidade física talvez não possa penetrar.

2.2 - CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

No ano de 1975 um estudo desenvolvido pelo Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes - GEIPOT em conjunto com a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador - CONDER, tendo por objetivo a análise do uso do solo e de transportes na Região

(*) Convém salientar ainda que o ensino supletivo ministrado sob as formas de educação inicial e educação integrada são realizados em convênio com o Mobral.

Metropolitana de Salvador permitiu a obtenção de conhecimentos sobre a renda familiar e sobre os aspectos demográficos das zonas em que se dividem os bairros da cidade de Salvador (*).

Tomando como indicador de renda, a renda familiar hegemônica, isto é, a mais frequentemente declarada pelas famílias entrevistadas em cada setor censitário e, considerando a densidade demográfica, obteve-se uma visão de como os diversos bairros e zonas se situavam com relação a esses indicadores.

Além disto, um trabalho com dados relativos aos subsistemas de educação municipal, particular, e estadual, realizado dentro do mesmo projeto evidenciou que a rede municipal de ensino da RMS tende mais que as outras a concentrar alunos em unidades de ensino situadas em locais onde residem famílias de baixa renda ou seja, onde predominam unidades domiciliares que apresentam uma renda total mensal equivalente a menos de 3 salários mínimos.

Conforme aqueles dados, 70,00% dos alunos do 1º grau das escolas municipais da RMS frequentavam escolas situadas em locais onde viviam as famílias com renda familiar mensal equivalente a menos de três salários mínimos. Em contraste, no setor estadual e particular aqueles percentuais eram respectivamente iguais a 52,00% e 32,00%. Como naquelas séries os alunos habitualmente tem entre 7 e 10 anos e geralmente frequentam unidades escolares que estão situadas nas proximidades do local de residência, considera-se que tais percentuais correspondem mais ou menos à zona de moradia da família dos alunos. Neste caso, a oferta municipal pode ser caracterizada como predominantemente voltada para o atendimento das zonas que apresentam uma maior proporção de famílias de baixa renda isto é, de unidades domiciliares com renda familiar correspondente a menos de três salários mínimos.

No nível II correspondente à 5a., 6a., 7a. e 8a. séries do 1º grau a situação era a seguinte: 27,00% dos alunos das escolas municipais

(*) O estudo encontra-se publicado sob a referência: CONDER-GEIPOT - Estudo do Uso do solo e de transportes para a Região Metropolitana de Salvador e consta de quatro tomos.

Naquele estudo foram levantados dados para o ano de 1975, agrupando-se as rendas mais declaradas em três classes:

- A = mais de 11 salários mínimos de 1975 ou seja mais de Cr\$4.587,00;
- B = de 3 até 11 salários mínimos ou seja de Cr\$1.251,00 a Cr\$4.596,00;
- C = menos de 3 salários mínimos ou seja de Cr\$417,00 até Cr\$1.250,00.

concentravam-se em escolas situadas nas zonas de renda equivalente a menos de 3 salários mínimos, enquanto nos setores estadual e particular, naquelas zonas, estavam respectivamente 35,20 e 33,00% da matrícula (5).

Estes percentuais não evidenciam nada mais do que o fato do sistema municipal, com referência a níveis mais altos de escolarização, acompanhar a tendência dos demais, privilegiando as zonas de renda hegemônica mais alta com unidades escolares destinadas a complementar a formação a nível de 1º grau (*).

Tais indicadores quando combinados com dados sobre matrícula por bairro nas escolas administradas pela SMEC, permitiram inferir sobre o tipo de clientela atendida por aquelas unidades evidenciando como o governo municipal vem atuando para suprir as necessidades de prestação de serviços de ensino de 1º grau. Neste caso, o trabalho com dados sobre localização de cada uma das escolas subsidiárias dos 14 Grupos Interescolares, pertencentes à rede no ano de 1977, seria o modo ideal de analisar a atuação da SMEC no suprimento das necessidades da população de baixa renda. Entretanto, diante da impossibilidade momentânea de usar maiores detalhes no mapeamento das unidades, considerou-se a renda hegemônica da zona residencial em que se encontrava a escola núcleo de cada GI, como representativa da renda da população atendida pelas escolas subsidiárias. O uso de tal recurso, deve-se primeiro, ao fato de que a abrangência do GI, em se tratando de alunos do 1º grau, foi considerada correspondente a um raio cujos limites não ultrapassam a capacidade física de locomoção da população na faixa de 7 a 14 anos; em segundo lugar, considerou-se também que a concepção do sistema de nuclearização implica em visualizar a escola-centro, como o local de reunião de alunos oriundos de zonas sócio-econômicas homogêneas (**).

-
- (*) Merece reflexão e análise as seguintes hipóteses: a diferença de características de renda da zona de localização entre as unidades municipais de ensino de nível I e II não representa uma ruptura dos padrões de conformação que a oferta assume nas quatro primeiras séries?

De acordo com o sistema de nuclearização, os alunos das escolas que oferecem da 1ª. à 4ª. série devem complementar a escolarização de 1º grau nas escolas do nível II. As escolas de nível II estariam atendendo predominantemente os egressos das escolas de nível I da própria rede?

- (**) Este princípio, aliás, é um dos mais importantes para a escolha da escola núcleo em um sistema de nuclearização, o que implica na necessidade de que o agrupamento das escolas em GI seja precedido de uma análise do espaço segundo características demográficas, sócio-econômicas, de acessibilidade, etc.

Combinando-se então, as informações disponíveis no mapa onde se identificam os nomes dos bairros de localização do GI, com as outras informações existentes no estudo citado e em material utilizado na elaboração do presente relatório, foi possível inferir a respeito da situação sócio-econômica e demográfica da população atendida na rede municipal, supondo-se é claro, que as distribuições demográfica e da renda familiar não sofreram modificações substanciais entre 1975 e 1977.

Quanto à renda familiar 75,61% do total de matriculados no ensino de 1º grau da Prefeitura de Salvador, no ano de 1977, originam-se de zonas onde residem famílias com renda equivalente a menos de 3 salários mínimos. É bastante baixo o percentual de alunos provenientes de zonas com renda hegemônica superior a 11 salários mínimos mensais.

Com relação a educação integrada a predominância da localização da matrícula em zona de baixa renda diminui, possivelmente, porque os adultos possuem um maior grau de mobilidade e nem sempre, portanto, devem ser considerados residentes permanentes dos locais onde se situam o GI que frequentam (*).

Quanto à densidade demográfica, observa-se em primeiro lugar que a Prefeitura atende às zonas da cidade que, podem ser caracterizadas como periféricas, e são as de menor concentração habitacional.

Neste caso, encontram-se Paripe, São Cristovão, Pau da Lima e Castelo Branco áreas que segundo os dados do projeto citado teriam uma densidade demográfica entre 5 a 50 habitantes/ha.

Esses aglomerados urbanos estão localizados a grande distância da parte central da cidade, e tiveram um crescimento ou uma formação impulsionados nos últimos anos. Tais características, estando aliadas naturalmente a uma carência de serviços sociais sugerem que as escolas da rede municipal supram naqueles locais necessidades significativas de atendimento educacional.

Por outro lado, a Prefeitura também atende locais de alta concentração

(*) Deve-se considerar ainda a possibilidade de uma grande proporção de alunos dos cursos de educação integrada serem empregados em serviços domésticos e, por isto, frequentarem o GI que corresponde a residência do empregador no caso de residirem no local do emprego.

demográfica que representam zonas onde famílias de baixa renda preferem residir. Esta preferência, justifica-se porque, embora estas áreas tenham sido menos integradas à zona central da cidade em um determinado período da evolução urbana de Salvador, sendo zonas residenciais mais antigas que as anteriormente citadas já se encontram dotadas de uma certa margem de infra-estrutura urbana indispensável à sobrevivência das populações impossibilitadas de suprir com seus próprios recursos, serviços tais como transporte, educação, atendimento médico, etc.

Exemplo destas zonas seriam os bairros de Liberdade, Baixa do Fiscal, Boa Vista de São Caetano, etc. cujas densidade variam entre 150 a 500 habitantes/ha (Tabela 8 e mapa 1).

2.3 - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Os Grupos Interescolares - G.I.s. são compostos de escolas subsidiárias, unidades que geralmente ministram ensino da 1a. à 4a. série e de escolas núcleos destinados à complementação do 1º grau onde funcionam a 5a., a 6a., a 7a. e 8a. séries.

Cada G.I. tem uma escola núcleo que reúne em média de 4 a 20 unidades subsidiárias e uma matrícula no ensino de 1º grau regular variando entre 1416 a 4642 alunos (Anexo I).

As escolas núcleos e os GI ligam-se à administração central através da Divisão de Ensino a quem cabe supervisionar as atividades de direção. (Gráfico III)

De um modo geral, a estrutura das unidades escolares é bastante simples, identificando-se além do alunado, quatro centros de custos ou prestação de serviços a nível de pessoal, representados pelas atividades de direção, de apoio administrativo, de regência e de assessoramento. Estas assumem o caráter de acompanhamento e coordenação das atividades pedagógicas ou administrativas, sem contudo estar administrativamente ligadas à direção das UES. Representam um tipo de serviço de efeito multiplicador, uma vez que os recursos humanos nele envolvidos estão funcionalmente ligados à administração central da rede, de onde emanam as diretrizes de orientação pedagógica e administrativa que são redistribuídas por cada coordenador ou supervisor para um pequeno grupo de escolas com as quais ele

trabalha, por um ano letivo ou por maior período de tempo. (Gráfico IV)

Assim, um importante aspecto da rede municipal reside na tendência descentralizadora não só no que diz respeito aos aspectos administrativos, mas também com relação a orientação pedagógica. Esta tendência, reforça-se na medida em que a nuclearização é considerada como a forma de organização das unidades escolares, atualmente agrupadas em torno de um núcleo que se pretende ser capaz de incluir em seu espaço de abrangência, unidades isoladas de uma área residencial relativamente homogênea.

Apesar das condições básicas que o funcionamento de um sistema de nuclearização escolar exige serem ainda bastante embrionárias, já há uma considerável experiência de articulação entre as unidades e a administração central. A utilização de recursos humanos na realização dessa atividade precede, no sistema municipal, à disseminação da idéia de nuclearização, devendo-se destacar os benefícios que este sistema traz ao desenvolvimento de uma rede educacional na medida em que os recursos humanos envolvidos naquela ação podem se colocar como receptores de mensagens e elementos inovadores.

2.4 - FINANCIAMENTO

Os recursos utilizados para financiar o ensino municipal decorrem predominantemente, do repasse ocorrido dentro daquele sistema de administração, representando o orçamento com educação e cultura do município, em 1977 apenas 16,0% do total de recursos alocados para todas as funções governamentais. A educação coloca-se, assim, como a 3a. função de maior dotação orçamentária, sendo precedida por habitação e urbanismo, cuja previsão para aquele ano correspondeu a 46,9% do total e por administração e planejamento para onde foram alocados 20,8% do orçamento municipal. (6)

Embora a Secretaria Municipal de Educação - SMEC órgão a quem cabe, a nível central, a administração do ensino tenha uma amplitude de atuação bastante grande devido à diversificação dos programas, projetos e atividades que abrange, encontra-se predominantemente voltada para o ensino. Deste modo, apesar do Departamento de Educação ter uma dotação orçamentária correspondente a apenas 29,0% do total do orçamento da Secretaria, a função educação tem um importante peso no órgão. Agregando-

se o valor dos projetos especificamente voltados para o ensino que constituem atribuição tanto do Departamento de Educação, como do Gabinete do Secretário e do Setor Geral de Administração, constata-se, tendo em vista a proporção dos recursos destinados a ensino - 85,8% do orçamento da SMEC, a importância assumida por aquela atividade, (Tabelas 9 e 10).

Predominantemente sustentado por recursos próprios o sistema também apresenta uma parcela de auto financiamento decorrente da Caixa Escolar, que no ano de 1977 obteve uma arrecadação equivalente a apenas 1,35% do total dos recursos próprios orçamentários destinados ao ensino. Além disto, deve-se levar em conta os recursos do Fundo de Participação dos Municípios que em 1977, conforme previsto no orçamento da Prefeitura, deveria representar 4,3% do total de recursos próprios alocados para educação.

Outra importante fonte de financiamento que pode ser caracterizada como troca de bens e serviços é o sistema de convênio que garante abertura de vagas em entidades escolares privadas em troca da isenção de impostos ou assegura a ocupação de salas mediante o fornecimento pela prefeitura de professores e equipamentos. Este tipo de financiamento, difícil de quantificar em termos monetários, tem uma grande importância na rede municipal em virtude do elevado número de escolas que se encontram neste caso, e representa uma modalidade de transferência de custos entre a administração pública e os órgãos privados. Contudo, o valor monetário desta operação pode ser imaginado quando se recorda que cerca de 60,00% das salas que a prefeitura utiliza para o ensino são ocupadas mediante convênio com entidades diversas.

Não se deve deixar de levar em conta ainda, além do F.P.M. outras transferências oriundas do governo federal. Por exemplo, os recursos transferidos através da Campanha de Alimentação Escolar representaram em 1977 o valor de 5,4% do total de recursos próprios alocados para educação. (Tabela 11)

NOTAS

1. Ver CEPLAB-SEPLANTEC- Indicadores Sociais n. 2 - 1977 - p. 31-47.
2. Ver CEPLAB-SEPLANTEC - obra citada p. 23 e 24.
3. Para os dados relativos a salas de aula no ano de 1970 considerou-se o que informa o relatório da apuração dos questionários aplicados no início do ano letivo de 1970 pela SEEC-MEC. Para os dados relativos ao ano de 1977 levou-se em conta material fornecido pela SMEC.
4. Conforme dados dos arquivos da SMEC fornecidos pelo Departamento de Educação.
5. Ver GEIPOT-CONDER-Estudo do Uso do solo e de transporte para Região Metropolitana de Salvador. Primeiro Relatório Parcial - 2a. parte Tomo II - Vol. 3 (Anexos) p. 155-175.
6. Ver OCEPLAN - Prefeitura da Cidade do Salvador - Orçamentação 1977. Série 2 - Cadernos OCEPLAN.

Tabela 1

Salvador - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Distribuição percentual dos alunos de 1º grau em idade teoricamente adequada à série em que estão matriculados

1975

Áreas	I D A D E								TOTAL
	7	8	9	10	11	12	13	14	
Município de SALVADOR	67,7	60,5	57,0	56,6	39,0	34,5	32,9	40,0	51,1
Estado da BAHIA	94,2	18,6	12,8	9,5	7,6	5,7	4,6	4,0	15,4

Fonte: CEPLAB-SEPLANTEC - Indicadores Sociais nº 2 - 1977 - Bahia.

Tabela 2

Salvador - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Indicadores de oferta do ensino de 1º grau

1970 - 1975

Áreas	Indicadores	Taxa de escolarização da população de 7-14 anos		Incremento da Matrícula Inicial Total no Ensino de 1º grau
		1970	1975	1970-1975
Município de Salvador		68,6	66,0	57,72
Estado da Bahia		47,3	54,9	35,66

Fonte: CEPLAB - SEPLANTEC - Indicadores Sociais nº 2. 1977 - Bahia.

DIAGRAMA I

SALVADOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TAXAS APARENTES DE SOBREVIVÊNCIA DA MATRÍCULA NO ENSINO DE 1º GRAU

		MATRÍCULA INICIAL POR SÉRIES								1970-1975
DISCRIMINAÇÃO	ANO	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	
MUNICÍPIO DE SALVADOR	1970	35.090	27.307	24.381	20.150	37.661	18.059	15.392	12.445	
	1975	42.723	31.388	29.978	26.449	29.387	22.989	21.225	17.980	83.75 84.19 87.06 89.23
ESTADO DA BAHIA	1970	441.619	156.857	101.726	69.062	92.962	37.991	30.125	23.845	
	1975	578.591	202.824	145.399	109.815	89.774	68.093	55.720	44.280	20.33 43.41 54.77 64.12

GRÁFICO I
SALVADOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E CULTURA

POPULAÇÃO DE 7-14 ANOS ESCOLARIZADA
NO 1º GRAU EM SALVADOR
1970-1975

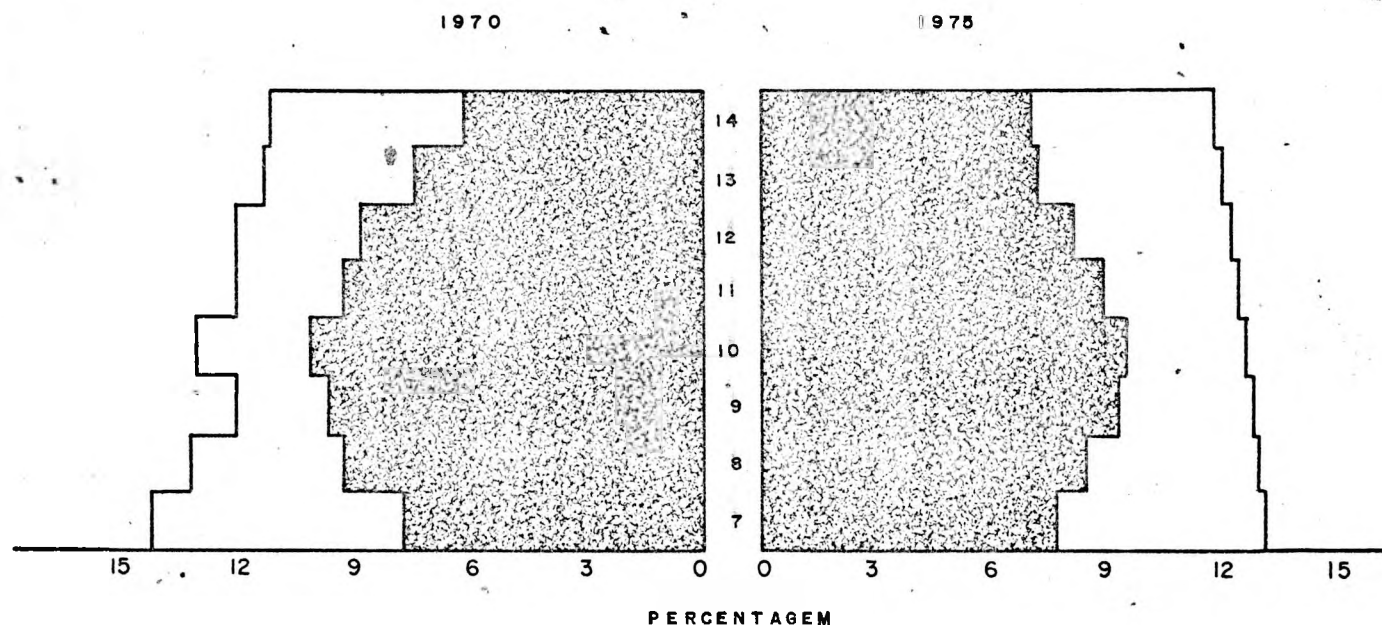


Tabela 3

Salvador - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

População escolarizada de 7-14 anos por dependência administrativa

1975

Dependência Administrativa	População escolarizada	População escolarizada de 7-14 anos		Pop.escolarizada de 7-14 anos
		N	%	Pop. total de 7-14 anos (1)
Municipal		34.686	20,1	13,2
Estadual		109.417	63,5	42,0
Particular		28.261	16,4	10,8
Total		172.364	100,0	66,0

Fonte: Sistema de Informações Estatísticas da Educação e Cultura - SEC -
BAHIA. 1975 (Dados não publicados.)

1. A população total de 7-14 anos em Salvador era, segundo estimativa do Centro de Planejamento da Bahia da SEPLANTEC, igual a 260.917.

Tabela 4

Salvador - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Matrícula total por série segundo as redes de ensino.
1970 - 1975

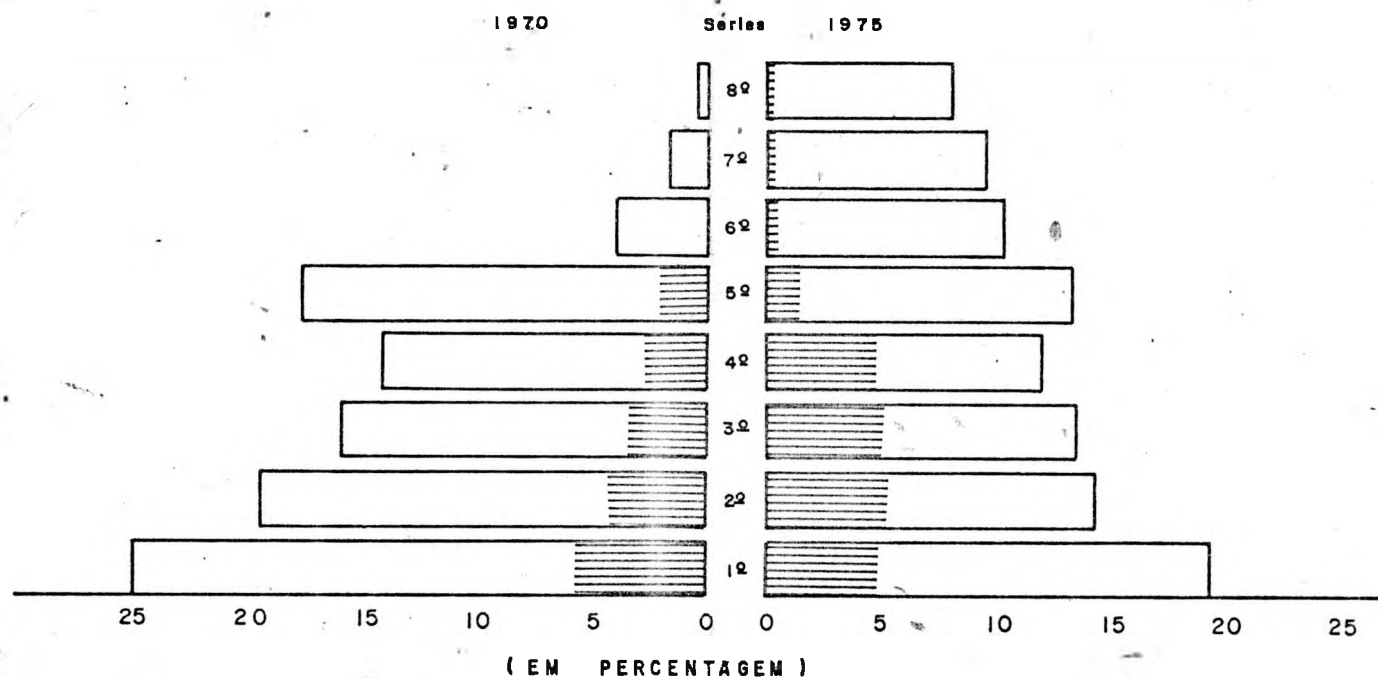
M a t r í c u l a		S E R I E S								N	
		1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.	8a.		TOTAL
1970	Municipal	25,9	23,2	20,6	19,8	7,5	-	-	-	14,2	27.232
	Outras redes	74,1	76,8	79,4	80,2	92,5	100,0	100,0	100,0	85,8	108.208
1975	Municipal	26,0	27,8	24,5	20,6	8,3	2,2	0,7	0,6	16,1	35.937
	Outras redes	74,0	72,2	75,5	79,4	91,7	97,8	99,3	99,4	83,8	136.427
Incremento	Municipal	21,9	37,7	46,5	36,4	- 13,3	100,0	100,0	100,0	31,9	-
	70/75										
	Todas as redes	21,7	14,9	22,9	31,2	- 21,9	27,2	37,8	44,4	16,6	-

Fonte - SEEC - MEC. Relatórios do levantamento anual realizado em 30-IV-70
SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS da EDUCAÇÃO e CULTURA. SEC-BAHIA - 1975. (Dados do Arquivo CEPLAB).

GRÁFICO II

SALVADOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E CULTURA

COMPOSIÇÃO DA MATRÍCULA TOTAL DO
ENSINO DE 1º GRAU EM SALVADOR
1970-1975



LEGENDA



Matrícula municipal



Matrícula total

Tabela 5

Salvador - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Despesa global da Prefeitura Municipal e despesa total com educação
pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (1)
1970, 75, 76 e 77.

Anos	(A) Educação e Cultura	(B) TOTAL	A/B
1970	5.070.997,	105.586.353,	4,7
1975	38.326.191,	386.519.189,	9,8
1976	56.288.668,	573.242.377,	9,9
1977	92.797.996,	815.644.094,	11,3

Fonte: Departamento Central de Contabilidade da Prefeitura Municipal do
Salvador - Balanços Anuais - 1970, 75, 76 e 77.

1. Em cruzeiros dos anos a que se referem os dados.

Tabela 6

Salvador - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Crescimento da despesa global total e com educação
1970 - 77

A n o s	Despesa (em cruzeiros de 70) (1)	
	Educação e Cultura	Total
1970	5.070.997	105.586.353,
1975	14.333.372	144.551.891
$\Delta 70/75$	183,00	37,00

Fonte: Departamento Central de Contabilidade da Prefeitura Municipal do
Salvador - Balanços Anuais - 1970 - 75, 76 e 77.

(1) Para deflacionar usou-se: FGV - Índice Geral de Preços (Coluna 2)
Revista Conjuntura Econômica. Fundação Getúlio Vargas. Vol 30,
nº 6 - junho de 1976.

Tabela 7

Salvador - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
 Grupos Interescolares de 1º grau segundo a localização, tipo de
 ensino e número de matrícula
 1977

NÚMERO DE ORDEM	E S C O L A	BAIRRO	JARDIM TOTAL	1a. à 8a. SÉRIES	EDUCAÇÃO INTEGRADA	TOTAL GERAL
I	GI Abrigo dos Filhos do Povo	Liberdade	-	989	-	989
1	Pero Vaz Velho	Liberdade	-	110	-	110
2	Virgílio Gonçalves	Pero Vaz	-	81	-	81
3	Maria Bonfim	B. Guarani	-	162	-	162
4	Santa Rita	B. Japão	-	202	-	202
5	Intendente Francisco de Souza	B. Japão	-	211	96	307
TOTAL GI			-	1755	96	1851
II	GI Alm. Ernesto de Mourão Sá	Paripe	-	502	-	502
1	Seara do Mestre	Coutos(Subúrbio)	-	193	-	193
2	São João de Plataforma	Plataforma(Subúrbio)	-	203	-	203
3	Padre Kaspar Kuster	Plataforma(Subúrbio)	-	215	-	215
4	Prof. Lopes Ribeiro de Castro	Plataforma(Subúrbio)	-	211	-	211
5	Nossa Senhora da Conceição de Paripe	Paripe(Subúrbio)	-	164	-	164
6	Maria Imaculada	Plataforma(Subúrbio)	-	431	-	431
7	Francisca de Sande	Coutos(Subúrbio)	-	354	-	354
8	Alm. Ernesto Carneiro Ribeiro	Paripe(Subúrbio)	48	305	-	353
9	Centro Social Sta. Terezinha	Escada(Subúrbio)	-	143	25	168
10	Dorival Pinheiro	Escada(Subúrbio)	-	122	-	122
11	Coração de Jesus	Lobato(Subúrbio)	-	215	-	215
12	Alm. Marquês de Tamandaré	Paripe(Subúrbio)	-	407	-	407
13	Cônego Orlando Teles	Lobato(Subúrbio)	-	130	-	130
14	Conceição Menezes	Periperi(Subúrbio)	-	133	-	133
15	Dr. Otaviano Pimenta	Paripe(Subúrbio)	-	106	-	106
16	C. Com. Sta. Cruz de Paripe	Paripe(Subúrbio)	-	-	160	160
17	Armando Carneiro da Rocha	Paripe(Subúrbio)	-	133	-	133
18	Cidade de Itabuna	Periperi(Subúrbio)	-	214	-	214
19	Cidade de Ilhéus	Periperi(Subúrbio)	-	152	-	152
20	Fund. Tomé de Souza	Av. Suburbana	-	-	200	200
TOTAL GI			48	4333	385	4766
III	GI Brig. Eduardo Gomes	São Cristóvão	-	560	-	560
1	Agnelo de Brito	Boca do Rio	-	422	56	478
2	Centro Gaúcho	Boca do Rio	-	110	-	110
3	Cidade Vitória da Conquista	Itapoan	-	166	41	207
4	União Caridade e Abrigo	Boca do Rio	-	143	-	143
5	Samuel Figueira	Jardim Armação	-	74	-	74
6	Dra. Cecy Andrade	Est.Velha do Aeroporto	-	110	37	147
7	Nova de São Cristóvão	Aeroporto	198	150	20	368
8	Centro Educacional Agenor Oliveira	Boca do Rio	-	142	-	142
TOTAL GI			198	1877	154	2229
IV	GI Clériston Andrade	Pau da Lima	-	1061	-	1061
1	Roberto Correia	Pau da Lima	-	510	213	723
2	7 de Abril	Estr.Velha de Ipitanga	-	109	-	109
3	Cent. Soc. Frei Benjamim	Valéria	-	57	-	57
4	Manoel de Abreu	Pau de Lima	-	143	-	143
5	Allan Kardec	Pau de Lima	-	203	-	203
6	General Labatut	Pirajá	-	369	-	369
7	São Roque do Lobato	Lobato	120	239	-	359
8	Sociedade Fraternal	Pau de Lima	-	-	126	126
9	Climério de Oliveira	Lobato	-	-	-	-
TOTAL GI			120	2691	339	3150
V	GI Cidade de Jequiê	Federação	-	641	-	641
1	Francisco Manoel da Silva	Federação	-	277	122	399
2	Tertuliano Góes	Alto das Pombas	-	196	84	280
3	Miguel Lemos	Federação	-	25	-	25
4	Aristides Novis	Federação	-	198	55	253
5	Pennafort Bitencourt	Federação	-	131	49	180
6	Americano da Costa	Barra Avenida	-	142	-	142
7	Santo Antonio da Federação	Federação	-	139	-	139
8	Paula Frassinetti	Garcia	-	-	240	240
9	Santo Antonio da Barra	Ladeira da Barra	-	-	191	191
10	Santo Antonio de Ondina	Ondina	-	-	232	232
TOTAL GI			-	1749	973	2722

(Continuação da Tabela 7)

VI	GI Cel Sebastião Dias	Brotas	-	530	-	530
1	Abrigo do Salvador	Campinas de Brotas	-	192	35	227
2	Joir Brasileiro	Conj.Comerciários Brotas	-	190	86	176
3	Batista do Calvário	Cosme de Farias	-	326	118	444
4	Luis Anselmo	Brotas	-	195	-	195
5	Anfrisia Santiago	Acupe de Brotas	-	94	24	118
6	Clemilda Andrade	Brotas	-	320	...	320
7	Alto do Formoso	Cosme de Farias	-	72	-	72
TOTAL GI			-	1919	263	2182
VII	GI Dona Maria Constança	Mata Escura do Retiro	-	561	-	561
1	Senhor da Paz	Barros Reis	-	160	30	190
2	Rosalvo Barbosa Romeu	Jogo do Carneiro	-	137	-	137
3	Cel. Joaquim Angelo de Souza	Mata Escura	-	30	-	30
4	Comunitária de Bom Juá	Bom Juá	-	262	-	262
5	Maximiniano da Encarnação	Mata Escura	-	135	-	135
6	Xavier Marques	Retiro	-	131	-	131
TOTAL GI			-	1416	30	1446
VIII	GI Dona Helena Magalhães	Boa Vista do S.Cristôvão	-	908	14	922
1	Antonio Carlos Magalhães	São Caetano	83	237	-	320
2	Batista do S. Caetano	Estr.Nova Sussunga	-	160	-	100
3	De Assistência Social S. José	São Caetano	40	578	223	841
4	Sargento Camargo	São Caetano	-	287	-	287
TOTAL GI			123	2170	237	2530
IX	GI D. Arlete Magalhães	Castelo Barngo(1a.Etapa)	-	1273	-	1273
1	Tomé de Souza	Pernambué	-	190	80	270
2	Madre Helena/Irmãos Kennedy	Pernambué	-	191	72	263
3	Luiza Pinto	Pernambué	-	214	105	319
4	Epaminondas Berbet de Castro	Pernambué	-	287	113	400
5	Marechal Rondon	Lgo.Mal. Rondon	-	123	-	123
6	Filhos de Salomão	Campinas	-	677	-	677
7	Conselheiro Luiz Rogério	Castelo Branco(3a.Etapa)	-	207	-	207
8	Profa. Anfrisia Santiago	Cabula	-	222	38	260
9	Anizete Alves Leal	Engomadeira Cabula	-	267	57	324
10	Alvaro da Franca Rocha	Engomadeira Cabula	-	195	97	292
11	Murilo Celestino	S.Gonçalo do Retiro	-	196	30	226
12	Municipal Cabula I	P.Res.A.Carlos Magalhães	-	230	72	302
13	Hugo Baltazar	S.Gonçalo do Retiro	-	210	58	268
14	Nossa Senhora da Conceição	Valéria	-	-	74	74
15	Berenice Soares da Rocha	Valéria	-	160	-	160
TOTAL GI			-	4642	796	5438
X	GI Dep. Juracy Magalhães	Capel. S. Caetano	-	970	-	970
1	Edmundo Guimarães	San Martin	-	274	-	274
2	Martins Conceição	Fazenda Grande	-	75	-	75
3	Alvaro de Souza Gomes	San Martin	-	146	-	146
4	Santa Rita Durão	San Martin	-	75	-	75
5	Municipal São Caetano	São Caetano	-	158	-	158
6	C. SS Shindler	São Caetano	-	379	-	379
7	Nossa Senhora Guadalupe	San Martin	-	66	...	66
8	São Nicolau	São Caetano	-	54	-	54
TOTAL GI			-	2197	-	2197
XI	GI Dr. Alexandre Leal Costa	Nazaré	-	544	-	544
1	Arthur Pereira Machado Soares	Nazaré	-	121	139	260
2	Sta. Angela das Mercês	Av. 7 de Setembro	-	223	248	471
3	Instituto N.Sra. da Salete	Barris	-	130	-	130
4	Cosme de Farias	28 de Setembro	-	128	-	128
5	Santissimo Sacramento	Rua do Passo	-	81	101	182
6	N. Sra. Conceição da Praia	Conceição da Praia	-	84	-	84
7	Pax	J.J. Seabra	-	228	-	228
8	São José de Santana	Lad.de Santana	-	-	180	180
9	31 de Março	Pr.dos Veteranos	-	-	30	30
10	Instituto dos Cegos (escola especializada)	Augusto Guimarães	-	...	-	-
TOTAL GI			-	1539	698	2237

(Continuação da Tabela 7)

XII	GI Pirajá da Silva	Liberdade	-	739	-	739
1	Unidos dos Frades	Liberdade	-	53	-	53
2	Pe. Diderot de Almeida	Lapinha	-	432	32	464
3	N. Sra. de Nazaré O.A.F.	Lapinha	-	277	119	396
4	União e Progresso	Peru	-	265	104	369
5	Gremio São Joaquim	Barbalho	-	180	42	222
6	Leopoldo Machado	Barbalho	19	136	-	155
7	Conselheiro Carneiro da Rocha	Estrada da Rainha	-	109	-	109
8	Inst. Isid Barreto	Caixa D'Água	-	445	180	625
9	28 de Setembro	Pau Miúdo	-	74	27	101
10	José Valadares	Pau Miúdo	-	116	81	197
11	15 de Novembro	Pau Miúdo	-	96	-	96
12	SINAI	Barbalho	-	-	183	183
13	Epaminondas Torres	Pau Miúdo	-	91	-	91
14	José Rosa da Silva	B.do Cabula	-	161	-	161
15	Rosa Virgínia	Perdões	-	-	206	206
16	Otávio Mangabeira	Pau Miúdo	-	31	-	31
TOTAL GI			19	3205	974	4199
XIII	GI Prof. Hilberto Silva	Baixa do Fiscal	-	655	-	655
1	Mal. Ademar de Queiroz	Roma	-	241	149	390
2	Carmelitano - 31 de Março	Uruguai	-	274	-	274
3	Manoel Ramiro Ferreira	Uruguai	-	97	-	97
4	Seis de Janeiro	Uruguai	-	164	-	164
5	Tiradentes	Caminho de Areia	-	420	194	614
6	Melvin Jones	Massaranduba	-	65	-	65
7	São Jerônimo	Ribeira	-	211	-	211
8	Ma. Rosalina C. Dantas	Itapagipe	-	161	74	235
9	Simões Filho	Itapagipe	-	212	94	306
10	Henriqueta Machado	Massaranduba	-	267	64	331
11	Álvaro Lopes Benevides	Bonfim	-	139	-	139
12	Colégio São José	Boa Viagem	-	-	126	126
13	Moradores da Vila Rui Barbosa	J. Cruzeiros	-	279	88	367
14	Monsenhor Anísio	Mares	-	192	167	359
15	Circulista	Roma	-	248	-	248
16	Treze de Junho	Uruguai	-	147	-	147
17	John Kennedy	Massaranduba	-	54	-	54
18	Osório Teles da Rocha	-	-	109	-	109
19	31 de Dezembro	Uruguai	-	29	-	29
20	Constança Medeiros	-	-	130	-	130
21	Centro Social Mang	Massaranduba	-	-	202	202
TOTAL GI			-	4094	1158	5252
XIV	GI Teodoro Sampaio	Alto da Sta. Cruz	-	1628	-	1628
1	Posseiros de Ubaranas	Nordeste Amaralina	-	90	-	90
2	Ajuda Social a A. Desamparada	Rio Vermelho	20	54	-	54
3	Madre Judite	Vasco da Gama	-	200	-	200
4	Beatriz Contreiras	Vasco da Gama	-	50	-	50
5	Hercílio Moreira	Rio Vermelho	-	126	-	126
6	São João Batista	Vasco da Gama	-	206	-	206
7	Heitor de Sales	Nordeste Amaralina	-	494	-	494
8	Nossa Senhora da Luz	Pituba	-	-	200	200
9	Mons. Antonio Rocha Vieira	Rio Vermelho	-	187	-	187
TOTAL GI			20	3035	200	3235
	Escolas Isoladas	(Ilhas)	-			
	Afranio Vieira Lima	Ilha de Maré	-	82	-	82
	Avelino de Souza	Ilha de Maré	-	90	-	90
	Bião de Cerqueira	Ilha de Maré	-	50	-	50
	Claudemira Santos Lima	Santana de Maré	-	100	-	100
	Antonio Carlos Magalhães	Bom Jesus	-	291	-	291
	Jaime Vieira Lima	Praia Grande Maré	-	29	-	29
	Maria Guarda	Bom Jesus	-	46	-	46
	N. Sra. das Candeias	Praia Grande Maré	-	62	-	62
	N. Sra. de Fátima	Ilha de Maré	-	61	-	61
	Praia Grande de Maré	Praia Grande Maré	-	65	-	65
	Marcílio Dias	Ilha dos Frades	-	53	-	53
T O T A L				929		929
TOTAL GERAL DA REDE MUNICIPAL			528	36622	6303	43522

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Cidade do Salvador. 1978

Tabela Nº 8

Salvador - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
 Grupos Interescolares por renda hegemônica e densidade demográfica dos bairros-sede da escola núcleo
 1977

RENDA E DENSIDADE		Renda familiar hegemônica em salário mínimo de 1975 (1)	Densidade Demográfica em 1975	Matrícula ensino regular (2)	Educação Integrada	TOTAL
GRUPOS INTERESCOLARES E BAIRROS						
GI	I - Abrigo dos Filhos do Povo - Liberdade	menos de 3 (C)	150 - 250 hab.	1.755	96	1.851
GI	II - Alm. Ernesto Morão de Sá - Paripe	menos de 3 (C)	5 - 50 hab.	4.381	385	4.766
GI	III - Brig. Eduardo Gomes - São Cristóvão	3 a 11 (B)	5 - 50 hab.	2.075	154	2.229
GI	IV - Clérinton Andrade - Pau da Lima	menos de 3 (C)	5 - 50 hab.	2.811	339	3.150
GI	V - Cidade de Jequiê - Federação - Eng. Velho	3 a 11 (B)	50 - 100 hab.	1.749	973	2.722
GI	VI - Cel. Sebastião Dias - Brotas	menos de 3	150 - 200 hab.	1.919	263	2.182
GI	VII - D. Maria Constança - Mata Escura do Retiro	menos de 3 (C)	50 - 100 hab.	1.416	30	1.446
GI	VIII - D. Helena Magalhães - Boa Vista S. Caetano	menos de 3 (C)	250 - 400 hab.	2.293	237	2.530
GI	IX - Arlete Magalhães - Castelo Branco	menos de 3 (C)	5 - 50 hab.	4.642	796	5.438
GI	X - Dep. Juracy Magalhães - Capelinha S. Caetano	menos de 3 (C)	5 - 50 hab.	2.197	-	2.197
GI	XI - Alexandre Leal Costa - Nazaré	mais de 11 (A)	150 - 250 hab.	1.539	698	2.237
GI	XII - Pirajá da Silva - Liberdade/Lapinha	3 a 11 (B)	250 - 400 hab.	3.224	974	4.198
GI	XIII - Prof. Hilberto Silva - Baixa do Fiscal	menos de 3 (C)	400 - 500 hab.	4.094	1.158	5.252
GI	XIV - Teodoro Sampaio - Alto da Sta. Cruz	menos de 3 (C)	150 - 250 hab.	3.055	200	3.255
T O T A L				37.150	6.303	43.453

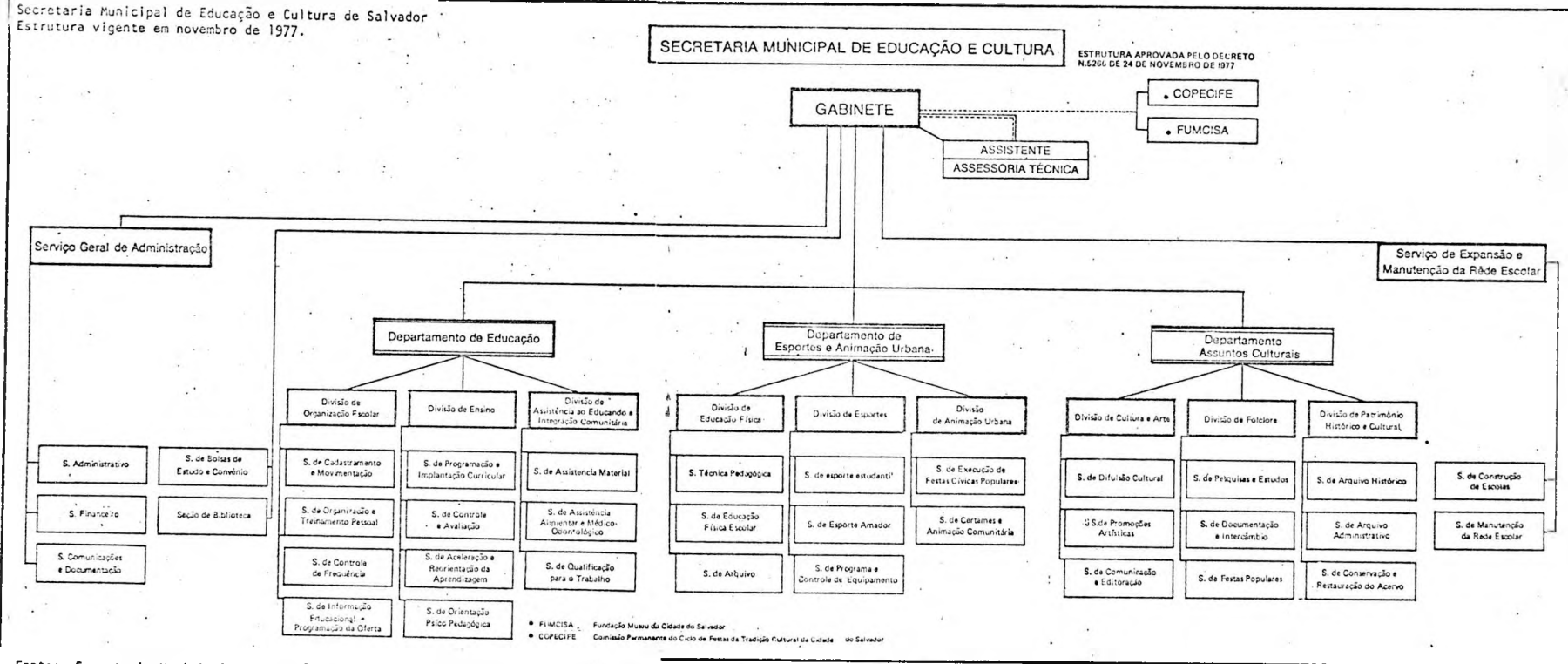
Fonte: SMEC - Questionário do projeto diagnóstico da rede municipal de ensino do 1º grau - Salvador
 CONDER/GEIPOT - Estudo do uso do solo e de transporte para Região Metropolitana de Salvador. Tomos I e II - 1976.

1. A renda hegemônica do bairro equivale a mais frequentemente encontrada e foi agrupada em três classes:

- A - mais de 11 salários mínimos de 1975
- B - mais de 3 a 11 salários mínimos de 1975
- C - menos de 3 salários mínimos de 1975.

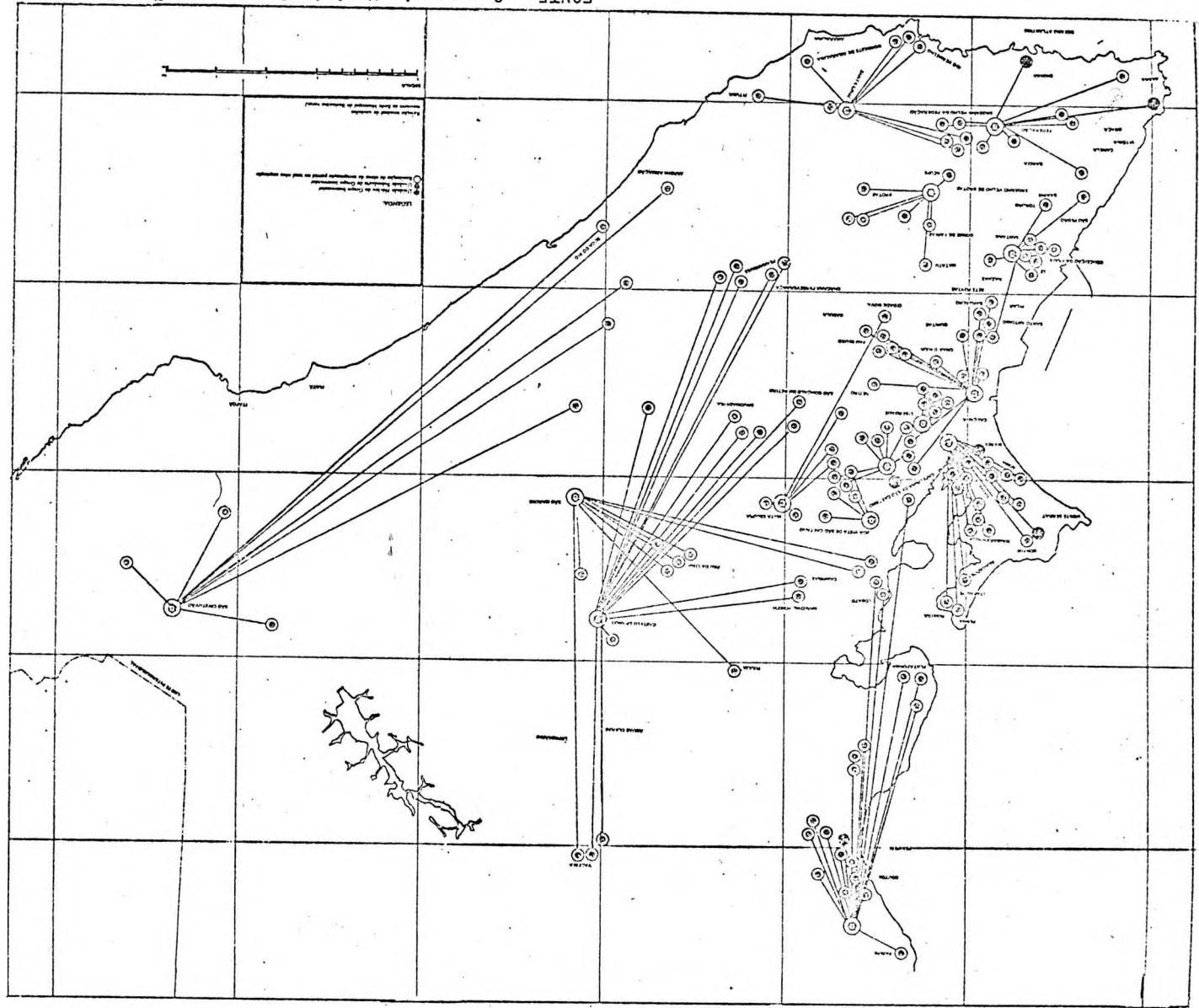
2. Os dados de matrícula se referem ao ano de 1977, enquanto os dados de renda e densidade demográfica tiveram origem em um projeto desenvolvido em 1975 (vide fonte).

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador
Estrutura vigente em novembro de 1977.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Salvador. Relatório anual 1977.

MAPA I
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SALVADOR
Grupos interestaduais e escolas subsidiárias segundo localização
1977.



FONTE: Secretaria Municipal de Educação e Cultura,
Salvador. Relatório anual - 1977.

GRÁFICO IV

SALVADOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E CULTURA

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DOS GRUPOS
INTERESCOLARES 1977

ESCOLA NÚCLEO DO
GRUPO INTERESCOLAR

ESCOLA SUBSIDIÁRIA DO
GRUPO INTERESCOLAR

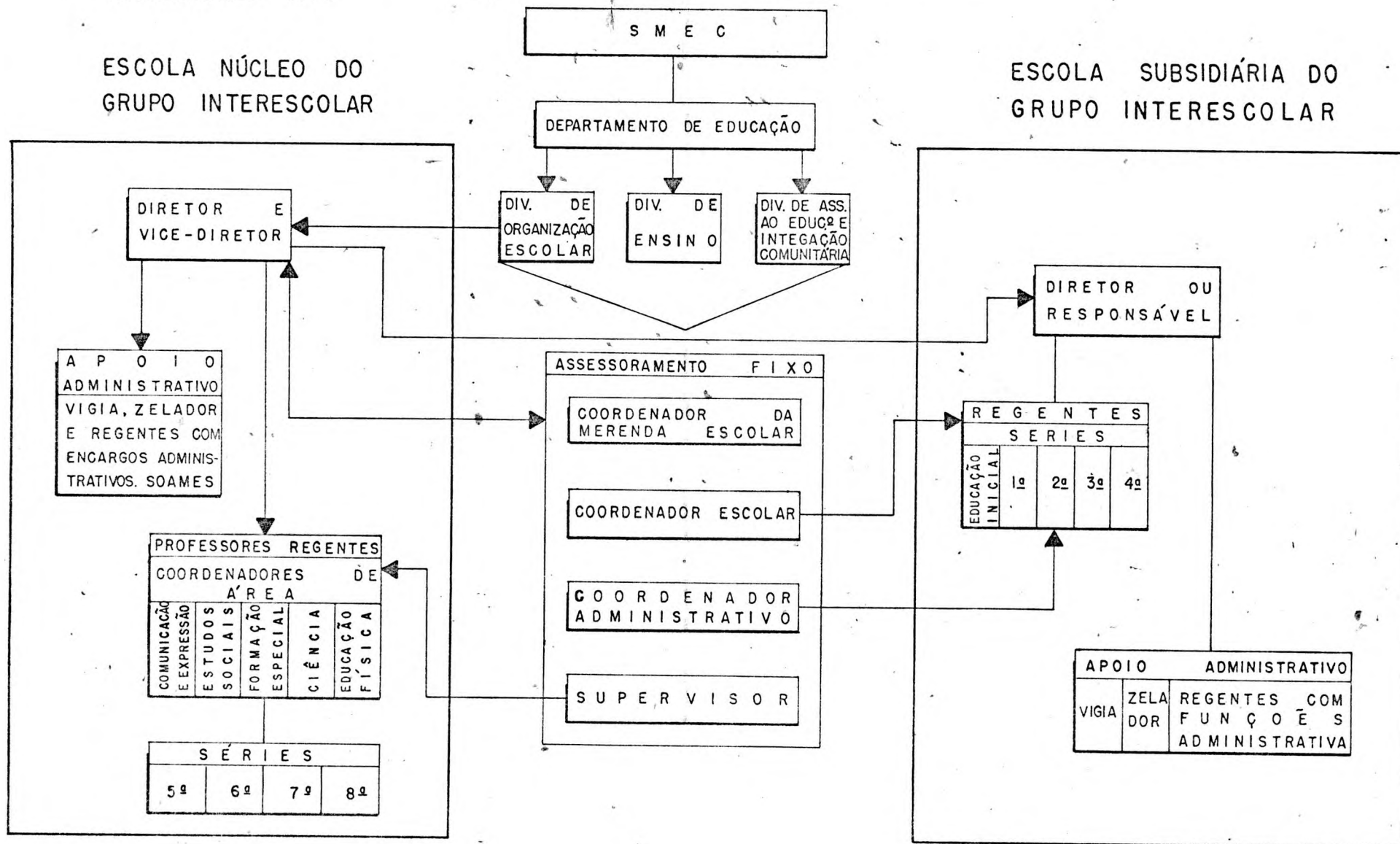


Tabela 9

Salvador - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Financiamento da Educação e Cultura - Recursos Orçamentários alocados para a
Secretaria Municipal de Educação e Cultura segundo unidades de execução orçamentária
1977

UNIDADES DA SMEC COM PODER DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R E C U R S O S	
	N	%
SME		
1. Gabinete do Secretário	78.455.000	49,80
2. Serviço Geral de Administração	12.552.545	7,97
3. Departamento de Educação	45.819.865	29,08
4. Departamento de Cultura	8.258.424	5,24
5. Departamento de Folclore, Festas Populares, Certames e Esportes	12.455.121	7,91
T O T A L	157.540.955	100,0

Fonte: OCEPLAN - Prefeitura da Cidade de Salvador - Orçamentação 1977.
Série 2 - Cadernos OCEPLAN.

Tabela 10

Salvador - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
 Financiamento do Ensino regular de 1º grau (1) - Recursos alocados por projetos/atividades
 segundo unidades de execução orçamentária
 1977

Projetos/atividades por unidades de execução orçamentária	Recursos Orçamentários Em Cr\$	Sub-total Em Cr\$
1. Departamento de Educação		
1.1 Treinamento de pessoal docente	90.000	
1.2 Reorganização da orientação metodológica do processo de ensino	155.000	
1.3 Impl. compl. e aval. de modelos alternativos de currículos	70.000	
1.4 Assistência Alimentar aos alunos da rede municipal	410.000	
1.5 Manutenção e funcionamento do Depto. de Educação	44.402.865	45.127.865
2. Gabinete do Secretário		
2.1 Manutenção dos centros de controle da produtividade	1.420.000	
2.2 Recup. e manut. física das unidades de ensino da Rede Municipal	3.100.000	
2.3 Municipalização do ensino de 1º grau	500.000	
2.4 Experimentações Educacionais	240.000	
2.5 Equipamentos dos centros de controle de produtividade	1.500.000	
2.6 Equip. de unidades escolares, áreas de esporte, recreação e lazer	5.270.000	12.030.000
3. Gabinete do Secretário e Serviço Geral de Administração (2)	33.192.598	33.192.598
T O T A L		90.350.463

Fonte: OCEPLAN - CPO - Prefeitura da Cidade do Salvador - Orçamentação 1977. Série 2 - Cadernos OCEPLAN.

1. Corresponde ao curso seriado diurno e noturno incluindo educação inicial.
2. Considerou-se que os recursos alocados para o ensino regular através do Gabinete do Secretário e do Serviço Geral de Administração seria igual a representatividade daquele tipo de ensino no montante dos recursos orçamentários destinados ao 1º grau em geral. Assim, sendo 135.217.410 o total de recursos orçamentários próprios correspondente aos itens 1 e 2 considerou-se 42,55% de 78.469.545, o que equivale ao valor global dos projetos referidos no item 3.

Tabela 11

Prefeitura Municipal de Salvador
Financiamento da Educação de 1º grau segundo origem
dos recursos
1977

ORIGEM	RECURSOS
Recursos Orçamentários	65-142.410
Próprios	
Fundo de Participação dos Municípios	15.000.000
Autofinanciamento	
Caixa Escolar	880.993
Outros recursos	
Campanha da Merenda Escolar	353.970
Crédito Especial - FNDE	5.000.000
T O T A L	86.377.373

FONTE: OCEPLAN-CPO - Prefeitura da Cidade do Salvador
Orçamentação 1977 - Série 2 - Cadernos OCEPLAN

3 - ANÁLISE DE CUSTOS

3.1 - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

As unidades escolares da rede municipal de ensino de 1º grau não têm competência financeira, sendo que os recursos destinados ao custeio das despesas diretas e indiretas com o ensino são reunidos a nível da administração central da SMEC. Apesar desta centralização, verifica-se uma grande dispersão interna uma vez que na SMEC existem três unidades administrativas recebendo dotações orçamentárias destinadas ao ensino de 1º grau regular: o Gabinete do Secretário, Serviço Geral de Administração e Departamento de Educação (ver tabela 10). Cada uma destas unidades procedem ao custeio de diferentes despesas relacionadas com o funcionamento da rede.

A análise dos gastos e, conseqüentemente dos custos, implicou, portanto, em identificar os centros que recebem dotações orçamentárias, e em seguir o fluxo das informações existentes de modo a poder discriminar as unidades escolares a que se destinava o material distribuído ou as despesas com serviços docentes e outros.

Assim, as informações utilizadas na presente análise que se referem ao ano de 1977, resultaram das seguintes fontes:

- Mapas de apuração de uma pesquisa de campo da assessoria técnica da SMEC, realizada com o fim de diagnosticar a situação da rede municipal de ensino. Através dessa apuração conseguiram-se dados relativos a número de alunos, número de professores, situação de funcionamento das escolas (se a escola mantém convênio com outra entidade), etc..
- Arquivos do Serviço Geral de Administração (SGA) da SMEC, onde foram obtidos dados sobre despesas com pessoal, despesas com material (administrativo e escolar), com manutenção e funcionamento das unidades escolares e outras;
- Arquivo do Departamento de Educação da SMEC que também forneceu informações sobre despesas com material (escolar e administrativo) despesas de funcionamento das escolas e outras;

- Além destas fontes internas foram pesquisados documentos da própria SMEC como relatórios, orçamentos, convênios e outros, bem como foi consultado o órgão de contabilidade do Município com o objetivo de se obter dados de balanços. No levantamento colocou-se ênfase na obtenção de informações por escola; contudo, para alguns casos em que os dados financeiros desagregados por unidade escolar não foram conseguidos, recorreu-se à técnica do rateio, baseado no montante global das despesas em apreço e na proporção de alunos por escola.

Com tais subsídios pretendeu-se:

- conhecer a estrutura das despesas municipais com o ensino de 1º grau na Cidade do Salvador;
- conhecer o custo médio aluno/ano, procurando descobrir alguma relação entre este indicador e o tamanho das escolas, o estágio da aprendizagem, a quantidade de alunos atendidos por professor e a localização das escolas.

Para conhecer a estrutura dos custos, a classificação geral das despesas obedeceu aos seguintes critérios:

- Despesas diretas - constituídas das despesas diretamente envolvidas com o processo de ensino/aprendizagem ou sejam salários dos professores regentes e despesas com a compra de material escolar utilizado para ministrar aulas, classificadas estas despesas em:
 - a) Despesas com pessoal de regência = somatório dos vencimentos brutos durante o ano de 1977 dos professores regentes de classe, encontrados em atividades docentes de outubro a dezembro deste ano;
 - b) Despesas com material de ensino = somatório do valor monetário a preços de dezembro de 1977 do material solicitado e recebido pelas escolas durante este período.
- Despesas indiretas - constituídas das despesas não diretamente envolvidas no processo de ensino-aprendizagem tendo contribuído entretanto para a consecução dos seus objetivos com maior rapidez e eficiência. Estas despesas compreenderam: salários dos supervisores e orientadores educacionais, salários do pessoal administrativo, despesas com material administrativo, despesas com a manutenção das instalações, despesas com a administração central da rede e as despesas sociais. Os indicadores dos custos indiretos foram:

- a) Despesas com pessoal administrativo das escolas = somatório dos vencimentos brutos durante o ano de 1977 dos funcionários de apoio administrativo que trabalham nas escolas. (*)
- b) Despesas com pessoal de assessoramento técnico pedagógico = somatório dos vencimentos brutos percebidos durante o ano de 1977 dos supervisores escolares, coordenadores escolares, orientadores educacionais e coordenadores da Merenda Escolar que servem à escola. Comumente o grupo interescolar tem uma pequena equipe de supervisores que lidera um grupo de coordenadores e orientadores que deverão dar apoio técnico-pedagógico às escolas subsidiárias filiadas àquele grupo. Deste modo, uma mesma coordenadora orienta mais de uma escola, sendo, por outro lado, a escola assistida por mais de um coordenador. Em todos estes casos os custos destes serviços foram rateados em função do número de escolas atendidas, por cada um desses profissionais;
- c) Despesas com manutenção e funcionamento das escolas = total das despesas efetuadas nas unidades escolares com reparo nas instalações, reparos no mobiliário escolar, e com a compra de material de consumo, limpeza e conservação. Nesta categoria deveriam ter sido incluídas as despesas com água, energia elétrica e outras. Mas os poucos dados obtidos sobre o custeio desses serviços fizeram deduzir que para a SMEC é pequeno o montante de gastos desta natureza. Optou-se, portanto, em acreditar que sendo numerosa a quantidade de escolas em regime de convênio (e nestes casos a entidade conveniente é que, normalmente, se responsabiliza pelo funcionamento dos prédios) a Prefeitura dispensa uma soma pouco significativa para estas despesas. Receiou-se, por outro lado, que esses dados, somente coletados para algumas escolas, pudessem distorcer os cálculos dos custos totais e, conseqüentemente, o custo médio aluno/ano.
- d) Despesas da Administração Central = somatório das despesas com pagamento do pessoal do Departamento de Educação da SMEC e da compra de material de escritório para o funcionamento do Departamento.
- e) Despesas sociais - total das despesas realizadas com assistência alimentar, saúde e outros tipos de ajuda ao educando. As despesas com assistência alimentar consistiram nos gastos com a merenda escolar (1). As despesas com saúde derivaram da compra de armações

(*) Na classificação das despesas de pessoal não foram considerados os encargos sociais como FGTS, INPS, etc.

de óculos para algumas crianças necessitadas de correção da vista. As despesas com outras ajudas consistiram nos gastos com fardamento de uma parte dos alunos.

Dentro desta categoria poder-se-ia acrescentar mais um elemento de despesa da Secretaria - as bolsas de estudos. Todavia a análise dos critérios adotados e dos tipos característicos de bolsas fornecidas fez optar pela não inclusão deste elemento. Existem três tipos de bolsas de estudos no sistema:

- Tipo 1** - baseia-se na celebração de um convênio firmado entre a SMEC e algumas instituições particulares locais, cujas responsabilidades são assim definidas: a Prefeitura cede professores regentes e a entidade cede 10 (dez) vagas para estudos, por professor cedido. Neste caso é uma troca de benefícios.
- Tipo 2** - baseia-se na celebração de um convênio pelo qual as instituições educativas convenientes matriculam um determinado número de alunos indicados pela Prefeitura, recebendo em troca a isenção de impostos, normalmente pagos à Prefeitura.
- Tipo 3** - consiste no fornecimento de uma determinada quantia a empregados da própria Prefeitura a título de ajuda de custos para a educação de seus filhos

Como se vê através das categorias utilizadas para construir a estrutura de custos, a análise baseia-se, apenas, nos custos de funcionamento, sendo necessário esclarecer que as despesas de capital não foram consideradas em virtude da constante presença de convênios entre as escolas municipais e entidades beneficentes ou associações de bairros, consistindo aqueles contratos normalmente na seguinte distribuição de responsabilidades:

Prefeitura: designação do corpo docente e técnico-administrativo, além do fornecimento de equipamentos e material de consumo à semelhança de como é distribuído nas escolas da rede municipal;

Órgão conveniente: despesas gerais de manutenção e conservação do prédio; manutenção de todos os alunos gratuitamente, excetuando-se o pagamento

da caixa escolar e cessão das salas (*).

Diante disto, optou-se por não incluir nesta análise os custos de capital e de oportunidade, concentrando-se o esforço no propósito de estudar os investimentos reais da Prefeitura em sua rede de ensino, reconhecendo que no funcionamento desta ocorre, até certo ponto, uma participação da comunidade, uma vez que a maioria dos convênios celebrados tem como entidade conveniente associações de bairro, centros sociais, associações religiosas e outras, conforme mencionado.

3.2 - DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE

A rede municipal de ensino dispõe de 14 grupos interescolares, que reúnem 159 escolas subsidiárias e atendiam, no final de 1977, no ensino regular de 1º grau, a um total de 37.150 alunos, incluídos aqueles de Jardim Infantil. Dificuldades na coleta dos dados impediram de abranger todas as escolas na análise dos custos. As 126 escolas para as quais se obtiveram informações representam 72,83% do universo e atendem 34.070 alunos, isto é, 93,0% dos matriculados na rede de ensino de 1º grau regular no ano de 1977.

Convém esclarecer que além do ensino de 1º grau a SMEC se responsabiliza, em parte, por sistemas de ensino paralelos ao sistema regular. Trata-se de: a) cursos dirigidos para a qualificação profissional, que funcionam através de convênios com algumas instituições educacionais;

b) Educação Integrada e MOBIL, de natureza supletiva de 1º grau que é dada a pessoas carentes de conhecimentos do 1º grau, mas com idade superior ao limite para a entrada no sistema regular (neste caso a Prefeitura se associa ao Ministério da Educação e Cultura responsável pela orientação técnica deste tipo de curso). Estes cursos também não foram considerados no presente trabalho.

3.3 - CUSTOS TOTAIS DO ENSINO E ESTRUTURA DOS CUSTOS

De acordo com estimativas feitas para fins deste trabalho, as despesas do Governo Municipal com o ensino de 1º grau regular no ano de 1977 totalizaram, aproximadamente, Cr\$57.223.342,00. Conforme dados do

(*) Na rede municipal, dentre o total de 173 escolas existentes, 113 funcionam em regime de convênio de cessão de salas, totalizando 406 salas cedidas. Ver anexo a relação das instituições convenientes em 1977.

Departamento Central de Contabilidade da Prefeitura, já anteriormente citados, os gastos da SMEC, atingiram em 1977, o montante de Cr\$92.797.996,00. (Ver Tabela 5) Comparando os dois valores constata-se que os custos estimados para o ensino regular de 1º grau representaram a proporção de 61,7% do total de despesas efetivamente realizadas. Ora, admitindo-se que os critérios de aplicação de recursos sejam semelhantes aos utilizados na previsão orçamentária, aquela proporção deveria corresponder a 67% uma vez que dos recursos financeiros alocados para o ensino no orçamento daquele ano, idêntico percentual estava destinado ao ensino regular de 1º grau. Utilizando-se aquele critério constata-se que as despesas efetivamente realizadas com esse tipo de ensino corresponderiam a Cr\$62.174.593,00, estando, portanto, o valor encontrado nos cálculos realizados bastante aproximado daquela previsão. A diferença pode ser explicada pela não inclusão, no total, das despesas com reconstrução e recuperação das instalações físicas e despesas com água e energia elétrica. Vale observar, uma vez mais, que somente foram considerados os gastos de funcionamento da rede, desde quando a maior parte das escolas funciona em regime de convênio. Os valores encontrados não correspondem, pois, aos custos reais do ensino em referência e, sim, à parcela de recursos alocados pela Prefeitura para o funcionamento da rede.

Considerando os custos do ensino segundo destinação, observa-se que a maior proporção de recursos dispendidos destina-se a cobrir as despesas indiretamente envolvidas com o ensino/aprendizagem. Do total de recursos alocados 35,60% representam a proporção dos custos diretos, ou seja, das despesas com salários dos professores e com material utilizado na execução das tarefas didáticas. Analisando a distribuição desses custos por G.1s. observa-se que são poucos os casos onde são encontrados percentuais de custos diretos acima de 40%. Nestes casos estão incluídos os G.1s. Alexandre Leal Costa (47,25%), Deputado Juracy Magalhães Junior (42,79%) e Teodoro Sampaio (40,82%). (Ver Tabela nº 12) A pequena participação dos custos diretos nos custos totais pode ser explicada por dois fatores: 1) pela incidência de salários baixos percebidos pela maioria do professorado (o professor de nível inicial recebeu, durante todo o ano de 1977, em salários brutos, a quantia de Cr\$12.900,00) 2) pela pequena proporção de despesas com material de ensino.

Os métodos comumente utilizados nessas escolas não requerem material

específico para o processo ensino/aprendizagem. Por outro lado, o material necessário e indispensável é fornecido em grande parte pelas famílias dos alunos, embora seja válido reconhecer que tais escolas atendem a uma população de baixa renda.

As maiores proporções observadas nos G.Is. acima citados são justificadas pelo fato de que nestes G. Is. existe maior quantidade de professores regentes, resultando na baixa relação entre número de alunos e número de docentes. No G.I. Alexandre Leal Costa existem 13 alunos para cada professor, no G.I. Deputado Juracy Magalhães Junior, 20 alunos, e no G.I. Teodoro Sampaio, 21 alunos por cada professor.

Analizando a distribuição dos custos diretos e indiretos, considerando as escolas-núcleo dos G.Is. por um lado, e as escolas subsidiárias por outro, encontram-se explicações com relação a estas desproporções (Ver Tabela nº 13). Em quase todas as escolas os percentuais dos custos diretos são maiores do que os dos respectivos G.Is., mostrando, assim, que as despesas com pagamento de professores são significativamente maiores naquelas escolas onde são empregadas maiores quantidades de docentes, com salários mais altos e com regime de trabalho diferente do regime utilizado nas escolas subsidiárias. Nas escolas-núcleo se concentram as séries mais adiantadas do 1º grau (equivalendo ao antigo ginásio), onde os professores ministram aulas por disciplina, onde também são recrutados professores com maior qualificação. Nas escolas subsidiárias, ao contrário, os salários são mais baixos, o número de alunos para cada professor é maior e a utilização de material didático é menor, daí porque os custos diretos representam a proporção de 30,69%, considerando todas as escolas subsidiárias conjuntamente. (*)

Desproporções também são encontradas ao analisar a distribuição dos custos indiretos. Para toda a rede 47,9% das despesas foram gastas com o pagamento do pessoal não diretamente ligado ao ensino (ver Tabela nº 15). Deste percentual 18,8% refere-se ao pessoal administrativo das escolas, 4,9% ao pessoal de assessoramento técnico-pedagógico e 24,2% ao pessoal administrativo do Departamento de Educação da SMEC.

(*) Para medir o estágio de aprendizagem dividiu-se as escolas em dois grupos: a) escolas núcleos de GI (grupo interescolar) onde normalmente são ministradas as 4 (quatro) últimas séries do 1º grau(2) e b) escolas subsidiárias, que se agrupam em torno dos núcleos e que ministram as séries iniciais, ou sejam do Pré-primário à 4a. série do 1º grau.

No que se refere ao pessoal administrativo das escolas a análise da situação parece demonstrar uma "inchação" do sistema, uma vez que este mantém um corpo administrativo desproporcional com relação ao tamanho das escolas e à necessidade desses serviços. Não foi raro encontrar escolas onde o número de pessoas trabalhando na administração era maior ou bem próximo ao número de regentes de classe, estando este pessoal comumente distribuído nas funções de: Diretor, Vice-diretor, Assistente da Diretoria, Secretário, Auxiliar de Secretaria, Auxiliar de Disciplina, Merendeira, Zelador e Vigia. Em algumas escolas aparece também o "Responsável", papel desempenhado por um professor que assume as funções de Diretor ou Vice-diretor, continuando a perceber salários de regente e, às vezes, também, ministrando aulas.

Independente da concentração de funcionários encontrada nos setores administrativos das escolas é válido assinalar que pelos vencimentos percebidos, vê-se que a fixação dos salários não está diretamente relacionada à função desempenhada, nem ao regime de trabalho (tempo integral ou parcial). Pessoas na mesma função percebem salários diferentes; noutros casos, funcionários com tempo integral percebem menores salários que outros com tempo parcial e desempenhando a mesma função. Aliás, esta observação é válida também para salientar as disparidades entre os salários dos professores, principalmente dos que ensinam nas escolas-núcleo.

O estudo revela também um desequilíbrio ao analisar a proporção das despesas com o pagamento de pessoal da administração central. Sugere-se que tal desequilíbrio poderia ser atenuado com medidas de modernização nos processos administrativos, o que os tornaria mais econômicos e eficientes e o que dispensaria o emprego de farta mão de obra.

Ao analisar a distribuição das despesas totais por G.I. verifica-se uma correspondência entre número de alunos matriculados e recursos financeiros aplicados. A distribuição percentual das matrículas dos grupos se comporta de maneira semelhante à das despesas. Os três primeiros grupos, na ordem decrescente do número de matrícula concentram 35,55% de alunos da rede. Estes três grupos por seu turno, concentram 34,42% dos recursos totais alocados para o ensino. De certo modo pode ser vista através desta análise uma relação entre tamanho do G.I. e montante dos recursos aplicados. (Tabela nº 16)

3.4 - CUSTO MÉDIO ALUNO/ANO

O enfoque principal da análise dos dados obtidos dirigiu-se para o conhecimento do custo médio aluno/ano nas diversas escolas da rede de ensino municipal, procurando descobrir os fatores que determinam a variação deste custo, seja considerando o tamanho das unidades escolares, extensão do trabalho do professor em termos de número de alunos atendidos, e as características sócio-econômicas das zonas onde se localizam as escolas. Para obtenção deste indicador dividiu-se o total das despesas pelo total de alunos matriculados na rede de ensino, nos G.I.s. ou nas unidades escolares.

O custo médio do aluno/ano em 1977, levando em conta apenas as despesas diretas e indiretas estimadas foi de Cr\$1.679,58 (*) Justifica-se o baixo valor encontrado pelas razões a seguir:

1. Apenas foram computadas as despesas correntes;
2. Os salários do pessoal, principalmente do corpo docente, apresentam-se sensivelmente baixos;
3. Existência de grande parte das escolas funcionando em regime de convênio. Normalmente nestas escolas a Prefeitura só é responsável financeiramente pelo pagamento do pessoal. Esta razão fortalece a hipótese de que, mesmo sendo levantadas as despesas de capital o custo médio do aluno/ano para o sistema permaneceria baixo;
4. As despesas com material de ensino foram relativamente nulas (0,1% do total das despesas).

Trabalhos feitos em outras capitais mostram valores significativamente mais altos do custo médio aluno/ano(3). Como exemplos podem ser citados os

(*) A realização de uma estimativa, aplicando-se ao total das despesas com pessoal o percentual de 30,00% que corresponde aproximadamente às despesas com encargos sociais normalmente feitos pelas empresas (incluídos os gastos com o regime federal ou especial de previdência social, fundos tipo FGTS, PASEP e outros) obtêm-se um custo total aluno/ano de Cr\$2.099,43.

estudos desenvolvidos em Cuiabá - onde o custo per capita calculado para uma amostra das escolas da rede municipal foi de Cr\$2.313,44 - e em Curitiba onde o custo médio anual per capita para toda a rede equivaleu a Cr\$5.410,19 (dados de 1977).

Vale ressaltar que os resultados encontrados nestes dois trabalhos não podem ser comparados com os obtidos na presente análise vez que foram utilizadas metodologias diferentes, nas quais foram contabilizados os custos de capital e estimados custos de oportunidade do capital. Além do mais estes estudos referem-se a contextos sociais com características bastante diferentes de Salvador em que os índices de preços e os níveis salariais se comportam de modo diverso do observado nesta capital.

3.5 - CUSTO MÉDIO ALUNO/ANO E TAMANHO DAS UNIDADES ESCOLARES

Com referência a suposta relação existente entre o tamanho das unidades escolares (estudado através do número de matrículas) e o custo médio aluno/ano, constata-se a ausência de perfeita relação entre estas duas variáveis. Entretanto, observa-se que os G.I.s. de menor porte, tendem a apresentar um custo aluno/ano total mais elevado que os demais. Chama a atenção, por exemplo, o G.I. Alexandre Leal Costa que possui a menor matrícula e o mais alto custo aluno/ano tanto com relação ao cálculo envolvendo só as despesas diretas, como no que diz respeito às despesas totais.

Comparando-se a média dos custos aluno/ano das escolas núcleos de G.I.s. (Cr\$2.015,00), por um lado, e a média dos custos aluno/ano das escolas subsidiárias (Cr\$1.695,00), por outro e considerando que os primeiros constituem-se de estabelecimentos maiores, pode-se inferir sobre uma possível relação tamanho da escola e custo aluno/ano. Não obstante, classificadas todas as unidades escolares em ordem crescente do número de matrícula e observando os custos aluno/ano correspondentes, verifica-se a inexistência dessa associação. Estes custos variam, ao longo da classificação (Ver Tabela nº 17) de Cr\$994,00 a Cr\$3.956,00. A escola onde se registrou o menor valor (Escola Clêriston Andrade) possui 1061 alunos matriculados e oferece vagas da 5a. a 8a. série. A do custo mais alto (Escola Beatriz Contreiras) é uma escola subsidiária que possui 30 alunos matriculados. Esta aparente associação entre tamanho da escola e custo aluno/ano, no entanto, e entre esta última variável e o tipo de

série ministrada não existe, pois a escola que abriga o maior número de alunos da rede (a Escola Teodoro Sampaio) apresenta um custo aluno/ano equivalente a Cr\$1.769,00. Por outro lado, muitas outras escolas pequenas apresentam valores semelhantes ou inferiores ao valor citado. Na realidade, o que se pode observar é uma grande dispersão dos custos em relação ao tamanho da escola.

Teoricamente, espera-se que as escolas com menor número de alunos apresentem custos mais elevados. Entretanto, padronizados os valores das variáveis custo aluno/ano e nº de alunos matriculados, para cada uma das 126 escolas que compõem o grupo analisado e, projetados os mesmos em um diagrama de dispersão, esta hipótese no caso específico da rede municipal de ensino da cidade de Salvador, não foi confirmada. (*)

A posição dos escores localizados no gráfico demonstra inclusive, que existe uma ausência de relação entre as duas variáveis. A disposição das unidades segundo os valores dos escores evidencia uma concentração de escolas com pequeno número de alunos e com uma variação acentuada de custos. (Ver Gráfico 5)

Estudando a dispersão dos custos em intervalos menores de amplitude foram calculadas as médias dos custos aluno/ano por quartil, obtendo-se os seguintes resultados:

- a) A média do 1º quartil (escolas de 25 a 130 alunos matriculados) foi Cr\$2.139,77 com desvio padrão equivalente a Cr\$738,75. Estes valores ressaltam por um lado o alto custo de pequenas escolas, mas por outro o alto grau de dispersão dos valores em relação à média. Não só é este quartil que apresenta a maior média como também é nele que se encontra o valor mais alto do desvio padrão;
- b) No segundo quartil (escolas de 130 a 195 alunos) e no terceiro quartil (escolas de 195 a 277 alunos) há uma acentuada queda nas médias dos custos aluno/ano que atingem respectivamente os valores de Cr\$1.575,45 e Cr\$1.570,09, diminuindo também a dispersão. Para estas partes da distribuição os desvios calculados foram Cr\$297,62 e Cr\$363,44;

(*) A padronização consistiu em transformar os valores em escores padrões, através da fórmula $Z = \frac{X - \bar{X}}{\sigma}$, obtendo-se resultados que expressam os desvios de cada caso em função do desvio padrão, reduzindo então cada variável a uma mesma unidade de medida que possibilita a comparação.

c) No último quartil, (com escolas de 279 a 1.628 alunos) a média tende a aumentar (Cr\$1.643,66) acompanhada também do aumento do desvio padrão (Cr\$519,48).

O que se conclui através dos dados é que a inexistência de padrões pré-estabelecidos de tamanho de escolas está interferindo nos custos, devendo a flutuação dos mesmos ser atribuída ao fato de que, da inexistência desses padrões, decorre uma má utilização dos recursos físicos, uma má alocação dos recursos humanos (docente e pessoal administrativo) e conseqüentemente, uma má distribuição dos recursos financeiros disponíveis. (Tabela nº 17)

3.6 - CUSTO MÉDIO ALUNO/ANO E RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO

Quando se investiga a conexão existente entre custo médio aluno/ano das escolas municipais e uso do pessoal docente, ou seja, da extensão dos serviços do professor regente em número de alunos atendidos, (medido através da relação do número de alunos por professor) confirma-se a hipótese de que os custos médios diminuem à medida em que se observa uma maior proporção de alunos para cada professor. Pela Tabela nº 18 pode-se constatar esta relação. As duas escolas de mais altos custos aluno/ano são também as que apresentam os menores valores da relação aluno/professor (Escola John Kennedy e Escola Beatriz Contreiras) e as duas escolas de mais baixos custos (Escola de Assistência Social São José e Escola Clériston Andrade) são as que possuem relação aluno/professor mais alta. Tal constatação evidencia quanto é fundamental a racionalização dos recursos para se obter uma maior produtividade, principalmente em se tratando dos serviços do docente. Os dados mostram que embora a representatividade das despesas com pagamento dos docentes não seja significativamente destacada do ponto de vista sistêmico, pelo menos em termos numéricos, os docentes, em função do número de crianças escolarizadas, justificam, até certo ponto, a produtividade do sistema. (*)

(*) Isto não deve ser confundido com a afirmativa de que a produtividade do ensino depende da maior proporção de alunos que o professor atende.

A relação aluno/professor pode explicá-la em parte, não se constituindo em uma causa explícita desta.

3.7 - CUSTO MÉDIO ALUNO/ANO E LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Com as informações sobre características sócio-econômicas dos bairros onde se situam as escolas, obtidas através do trabalho elaborado pelo CONDER/GEIPOT (4) que identifica o nível de renda familiar dos bairros da cidade a partir da renda em salário mínimos percebida pelas famílias, analisou-se a relação que existe entre custo médio aluno/ano e nível sócio-econômico das zonas onde as escolas estão localizadas. (Ver Tabela 19) Sugere-se que entre a renda familiar hegemônica em salários mínimos de 1975 e o custo aluno calculado neste trabalho há uma tendência de relação. Chama-se a atenção para o G.I. Alexandre Leal Costa, que apresenta o custo médio aluno/ano igual a Cr\$2.740,00 localizado no bairro de Nazarê, zona que, dentre as que possuem escolas municipais, é onde se encontra a maior frequência de famílias com renda superior a onze salários mínimos. Observa-se que os custos são menores naqueles G.I.s. situados em bairros cuja renda familiar mais frequente equivale a 3 salários mínimos.

NOTAS

1. Cumpre salientar que uma proporção razoável das despesas com Assistência Alimentar foi efetuada pela Campanha da Merenda Escolar, o que deve ser considerado ao analisar os custos.
2. Para o sistema de ensino por disciplina, que é o utilizado nestas séries, seria conveniente adotar um método de avaliação de custos levando em conta o custo do aluno/hora/disciplina, uma vez que estes sistemas caracterizam-se por uma departamentalização dos conteúdos por áreas de conhecimentos. Poder-se-ia averiguar quais as áreas em que o custo de instrução (medido através do custo/hora/aula) é mais dispendioso, o que daria margem a discussões mais profundas sobre o assunto como por exemplo a comparação entre custos e importância do conteúdo na formação do educando.
3. Ver Prefeitura Municipal de Curitiba, Departamento do Bem Estar Social. "Custo e Qualidade da Educação de 1º grau - Resultados Preliminares" Curitiba, 1978 e Prefeitura Municipal de Cuiabá, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, "Custo/aluno e qualidade do ensino". Cuiabá, 1978
4. Ver op. cit.

Tabela 12

SALVADOR - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Distribuição dos custos do ensino de 1º grau regular,
segundo tipo de despesas, por grupos interestaduais.
1977

Grupos	Interestaduais	Despesas Diretas		Despesas Indiretas		Despesas Totais	
		Em Cr\$	Em %	Em Cr\$	Em %	Em Cr\$	
I	- Abrigo dos Filhos do Povo	835.152	29,94	1.954.141	70,06	2.789.293	
II	- Alm. Ernesto Mourão de Sá	1.725.622	30,89	3.860.743	69,11	5.586.365	
III	- Brig. Eduardo Gomes	844.320	27,51	2.225.214	72,49	3.069.534	
IV	- Cleriston Andrade	955.735	27,98	2.460.511	72,02	3.416.246	
V	- Cidade de Jequié	1.223.269	36,34	2.143.124	63,66	3.366.393	
VI	- Sebastião Dias	1.206.658	38,06	1.964.070	61,94	3.170.728	
VII	- Maria Constança	587.798	29,83	1.382.420	70,17	1.970.218	
VIII	- Helena Magalhães	616.581	24,30	1.910.107	75,70	2.526.688	
IX	- Arlete Magalhães	2.298.628	34,49	4.366.623	65,51	6.665.251	
X	- Juracy Magalhães Junior	1.465.531	42,79	1.959.115	57,21	3.424.646	
XI	- Alexandre Leal Costa	1.697.392	47,25	1.894.804	52,75	3.592.196	
XII	- Pirajá da Silva	1.960.042	37,55	3.260.377	62,45	5.220.419	
XIII	- Hilberto Silva	2.944.491	39,24	4.558.657	60,76	7.503.148	
XIV	- Teodoro Sampaio	2.009.144	40,82	2.913.073	59,18	4.922.217	
	T O T A L	20.370.363	35,60	36.852.979	64,40	57.223.342	

FONTE: Anexo 2

Tabela 13

SALVADOR - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
 Distribuição dos custos do ensino de 1º grau regular
 segundo tipo de despesas, das escolas núcleos.
 1977

Escolas Núcleos	Despesas Diretos		Despesas Indiretos		Despesas Total
	em Cr\$	em %	em Cr\$	em %	em Cr\$
I - Abrigo dos Filhos do Povo	545.092	35,46	992.043	64,53	1.537.135
II - Alm. Ernesto Mourão de Sá	421.577	40,83	610.813	59,16	1.032.390
III - Brigadeiro Eduardo Gomes	309.407	29,66	733.700	70,33	1.043.107
IV - Cleriston Andrade	233.734	22,14	821.829	77,85	1.055.563
V - Cidade de Jequiê	662.514	47,53	731.196	52,46	1.393.710
VI - Cel. Sebastião Dias	713.952	49,50	728.129	50,49	1.442.081
VII - D. Maria Constança	298.255	32,99	605.800	67,00	904.055
VIII - D. Helena Magalhães	380.239	31,32	833.504	68,67	1.213.743
IX - D. Arlete Magalhães	1.034.690	45,58	1.234.958	54,41	2.269.648
X - Dep. Juracy Magalhães	1.155.721	50,80	1.119.124	49,20	2.274.845
XI - Alexandre Leal Costa	1.009.379	56,08	790.436	43,91	1.799.815
XII - Pirajã da Silva	706.774	42,70	948.390	57,29	1.655.164
XIII - Hilberto Silva	755.369	50,99	725.975	49,01	1.481.344
XIV - Teodoro Sampaio	1.327.841	46,08	1.553.400	53,91	2.881.241
T O T A L	9.554.544	43,46	12.429.297	56,53	21.983.841
TOTAL ESCOLAS SUBSIDIÁRIAS	10.815.819	30,69	24.423.682	69,30	35.239.501

FONTE: Anexo 2

Tabela 14

SALVADOR - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Distribuição percentual da estrutura dos custos do ensino de 1º grau regular
segundo categorias de despesas
1977

GRUPOS	INTERESCOLARES	DESPESAS DIRETAS (em Cr\$)		DESPESAS INDIRETAS (em Cr\$)		Despesas com funcionamen- to das esco- las	Despesas Sociais	Despesas da administra- ção central	TOTAL DAS DESPESAS
		Despesas com pessoal de regência	Despesas com mate- rial de consumo	Despesas com pessoal Admi- nistrativo das escolas	Despesas com pessoal de assessoramen- to técnico pedagógico				
	I - Abrigo dos Filhos do Povo	831.514	3.638	464.163	282.660	450.790	40.105	716.423	2.789.293
	II - Pírajá da Silva	1.952.952	7.090	1.144.838	97.692	753.055	66.995	1.197.797	5.220.419
	III - Brig. Eduardo Gomes	837.383	6.937	754.340	149.272	493.351	43.890	784.361	3.069.534
	IV - Clériston Andrade	952.640	3.095	488.799	45.584	719.181	63.983	1.142.964	3.416.246
	V - Cidade de Jequiê	1.217.843	5.426	719.484	213.304	448.184	39.873	722.279	3.366.393
	VI - Sebastião Dias	1.203.493	3.165	682.934	234.330	390.859	34.771	621.176	3.170.728
	VII - Maria Constança	585.973	1.825	353.300	59.080	362.196	32.223	575.621	1.970.218
	VIII - Helena Magalhães	613.992	2.589	469.959	65.336	513.328	45.671	815.813	2.526.688
	IX - Arlete Magalhães	2.291.994	6.634	1.041.756	265.860	1.142.179	101.615	1.815.213	6.665.251
	X - Juracy Magalhães Junior	1.459.165	6.366	593.066	207.582	432.550	38.483	687.434	3.424.646
	XI - Alexandre Leal Costa	1.692.896	4.496	780.828	210.702	343.533	29.672	530.069	3.592.196
	XII - Ernesto Mourão de Sá	1.719.205	6.417	1.005.184	278.085	962.382	85.619	1.529.473	5.586.365
	XIII - Hilberto Silva	2.933.878	10.613	1.494.743	477.462	964.988	85.850	1.535.614	7.503.148
	XIV - Teodoro Sampalo	2.004.613	4.531	779.824	202.688	720.183	63.914	1.146.464	4.922.217
	T O T A L	20.297.541	72.822	10.773.218	2.789.637	8.696.759	772.664	13.820.701	57.223.342

FONTE: Anexo 2

Tabela 15

SALVADOR - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Distribuição percentual da estrutura dos custos do ensino de 1º grau
segundo categorias de despesa e grupos interescolares.
1977

GRUPOS INTERESCOLARES	CUSTOS DIRETOS (em Cr\$)				CUSTOS INDIRETOS (em Cr\$)			
	Desp.c/pes- soal de re- gência	Desp.c/ma- terial de consumo	Desp.c/pes- soal admi- nistrativo	Desp.c/pes- soal de as- sessoramen- to técnico pedagógico	Desp.c/fun- cionamento das esco- las	Despesas Sociais	Despesas da adm. central	TOTAL DOS CUSTOS
I - Abrigo dos Filhos do Povo	29,9	0,1	16,6	10,1	16,2	1,4	25,7	100,0
II - Pirajá da Silva	37,5	0,1	21,9	1,9	14,4	1,3	22,9	100,0
III - Brig. Eduardo Gomes	27,2	0,2	24,6	4,9	16,1	1,4	25,6	100,0
IV - Clériston Andrade	27,9	0,1	14,3	1,3	21,1	1,9	33,4	100,0
V - Cidade de Jequiê	36,1	0,2	21,4	6,3	13,3	1,2	21,5	100,0
VI - Sebastião Dias	38,0	0,1	21,5	7,4	12,3	1,1	19,6	100,0
VII - Maria Constança	29,8	0,1	17,9	3,0	18,4	1,6	29,2	100,0
VIII - Helena Magalhães	24,3	0,1	18,6	2,6	20,3	1,8	32,3	100,0
IX - Arlete Magalhães	34,5	0,1	15,6	4,0	17,1	1,5	27,2	100,0
X - Juracy Magalhães Jr.	42,6	0,2	17,3	6,1	12,6	1,1	20,1	100,0
XI - Alexandre Leal Costa	47,1	0,1	21,7	5,9	9,6	0,8	14,8	100,0
XII - Ernesto Mourão de Sá	30,8	0,1	18,0	5,0	17,2	1,5	27,4	100,0
XIII - Hilberto Silva	39,1	0,1	19,9	6,4	12,9	1,1	20,5	100,0
XIV - Teodoro Sampaio	40,8	0,1	15,8	4,1	14,6	1,3	23,3	100,0
T O T A L	35,5	0,1	18,8	4,9	15,2	1,3	24,2	100,0

Tabela 16

SALVADOR - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
 Grupos Interescolares segundo ordem decrescente da matrícula e
 indicadores de custo
 1977

Grupos	Interescolares	Matrícula	Total das Despesas	% Simples		Custo aluno/ano	
				Matrícula	Despesa	Direto	Total
GI - IX -	Arlete Magalhães	4482	6.665.251	13.16	11.65	512	1487
GI - XIII -	Hilberto Silva	3826	7.503.148	11.23	13.11	769	1961
GI - XII -	Ernesto Mourão de Sá	3776	5.586.365	11.09	9.76	456	1479
GI - II -	Pirajã da Silva	2922	5.220.419	8.58	9.12	670	1786
GI - XIV -	Teodoro Sampaio	2848	4.922.217	8.36	8.60	705	1728
GI - IV -	Clérison Andrade	2821	3.416.246	8.29	5.97	339	1211
GI - VIII -	Helena Magalhães	2006	2.526.688	5.89	4.42	307	1259
GI - III -	Brigadeiro Eduardo Gomes	1933	3.069.534	5.67	5.36	436	1587
GI - I -	Abrigo Filhos do Povo	1755	2.789.293	5.15	4.88	745	1589
GI - V -	Cidade de Jequiê	1749	3.366.393	5.13	5.88	699	1924
GI - X -	Juracy Magalhães Jr.	1698	3.424.646	4.98	5.99	917	2016
GI - VI -	Sebastião Dias	1527	3.170.728	4.48	5.54	790	2076
GI - VII -	Maria Constança	1416	1.970.218	4.15	3.44	408	1391
GI - XI -	Alexandre Leal Costa	1311	3.592.196	3.84	6.28	1294	2740
T O T A L		34070	57.223.342	100.00	100.00	-	-

FONTE: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador.

Tabela 17

SALVADOR - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Classificação das escolas do 1º grau da Rede Municipal, segundo
total de alunos matriculados e valor do custo aluno/ano
1977

Nº de ordem	Escolas	Classificação das es- colas por matrícula em ordem crescente	Custo Direto do aluno/ano Em Cr\$	Custo Total do aluno/ano
1	Miguel Lemos	25	532	3.637
2	Coronel Joaquim Angelo de Souza	30	864	2.184
3	Beatriz Contreiras	50	1.930	3.956
4	Unidos dos Frades	53	733	2.025
5	Ajuda Social a Criança Desamparada	54	790	2.620
6	John Kennedy	54	1.758	3.818
7	Centro Social Frei Benjamim	57	525	1.583
8	Melvin Jones	65	1.589	3.654
9	Samuel Figueira	74	203	1.146
10	28 de Setembro	74	818	2.408
11	Martins Conceição	75	221	1.365
12	Santa Rita Durão	75	550	2.002
13	Santíssimo Sacramento	81	988	2.380
14	Virgílio Gonçalves	81	605	2.154
15	Nossa Sra. da Conceição da Praia	84	1.088	1.780
16	Posseiros de Ubarana	90	575	1.755
17	Anfrísia Santiago	94	832	2.300
18	15 de Novembro	96	489	1.611
19	Manoel Ramiro Ferreira	97	609	1.931
20	Cons. Carneiro da Rocha	109	407	1.472
21	7 de Abril	109	400	1.536
22	Pero Vaz Velho	110	479	1.903
23	Centro Gaucho	110	559	1.617
24	D. Ceci Andrade	110	518	2.102
25	José Valadares	116	528	1.682
26	Arthur P. Machado Soares	121	1.182	3.132
27	Durval Pinheiro	122	424	1.728
28	Marechal Rondon	123	420	1.611
29	Hercília Moreira	126	414	1.485
30	Cosme de Farias	128	599	1.873
31	Instituto N. Sra. da Salette	130	128	1.878
32	Cônego Orlando Teles	130	399	1.220
33	Xavier Marques	131	396	1.311
34	Penafort Bittencourt	131	396	1.567
35	Conceição Menezes	133	384	1.700
36	Maximiliano da Encarnação	135	194	1.135
37	Leopoldo Machado	136	388	1.459
38	Rosalvo Barbosa Romeu	137	276	1.209
39	Álvaro Lopes Benevides	139	487	1.693
40	Santo Antonio da Federação	139	236	1.454
41	Americano da Costa	142	698	2.310
42	União Caridade e Abrigo	143	420	1.468
43	Manoel de Abreu	143	355	1.237
44	Centro Social Santa Terezinha	143	364	1.508
45	Álvaro de Souza Gomes	146	553	1.753
46	13 de Junho	147	385	1.558
47	Municipal de São Caetano	158	257	1.507
48	Senhor da Paz	160	608	1.554
49	Batista de São Caetano	160	297	1.316
50	Maria Rosalina Dantas	161	659	1.800
51	Maria Bonfim	162	543	1.662
52	6 de Janeiro	164	350	1.464
53	Nossa Sra. de Conceição de Paripe	164	421	1.501
54	Cidade Vitória da Conquista	166	469	1.814
55	Gremio São Joaquim	180	525	1.776
56	Joir Brasileiro	190	472	1.844
57	Tomé de Souza	190	469	1.428
58	Madre Helena/Irmãos Kennedy	191	459	1.416
59	Abrigo de Salvador	192	518	2.138
60	Mons. Anísio	192	1.174	2.343
61	Seara do Mestre	193	356	1.189
62	Luís Anselmo	195	397	1.505
63	Álvaro da Franca Rocha	195	373	1.150
64	Tertuliano Gois	196	602	1.879
65	Murilo Celestino	196	535	1.623
66	Aristides Novis	198	808	2.049
67	Madre Judite	200	317	1.290
68	Santa Rita	202	257	1.378
69	São João de Plataforma	203	483	1.579
70	Allan Kardec	203	485	1.422
71	São João Batista	206	462	1.364
72	Cons. Luiz Rogério	207	375	1.404
73	Hugo Baltazar	210	343	1.365
74	Intend. Francisco de Souza	211	228	1.518
75	São Jerônimo	211	450	1.456
76	Prof. Lopes Ribeiro de Castro	211	411	1.450
77	Simões Filho	212	863	2.396

(Continuação Tabela 17)

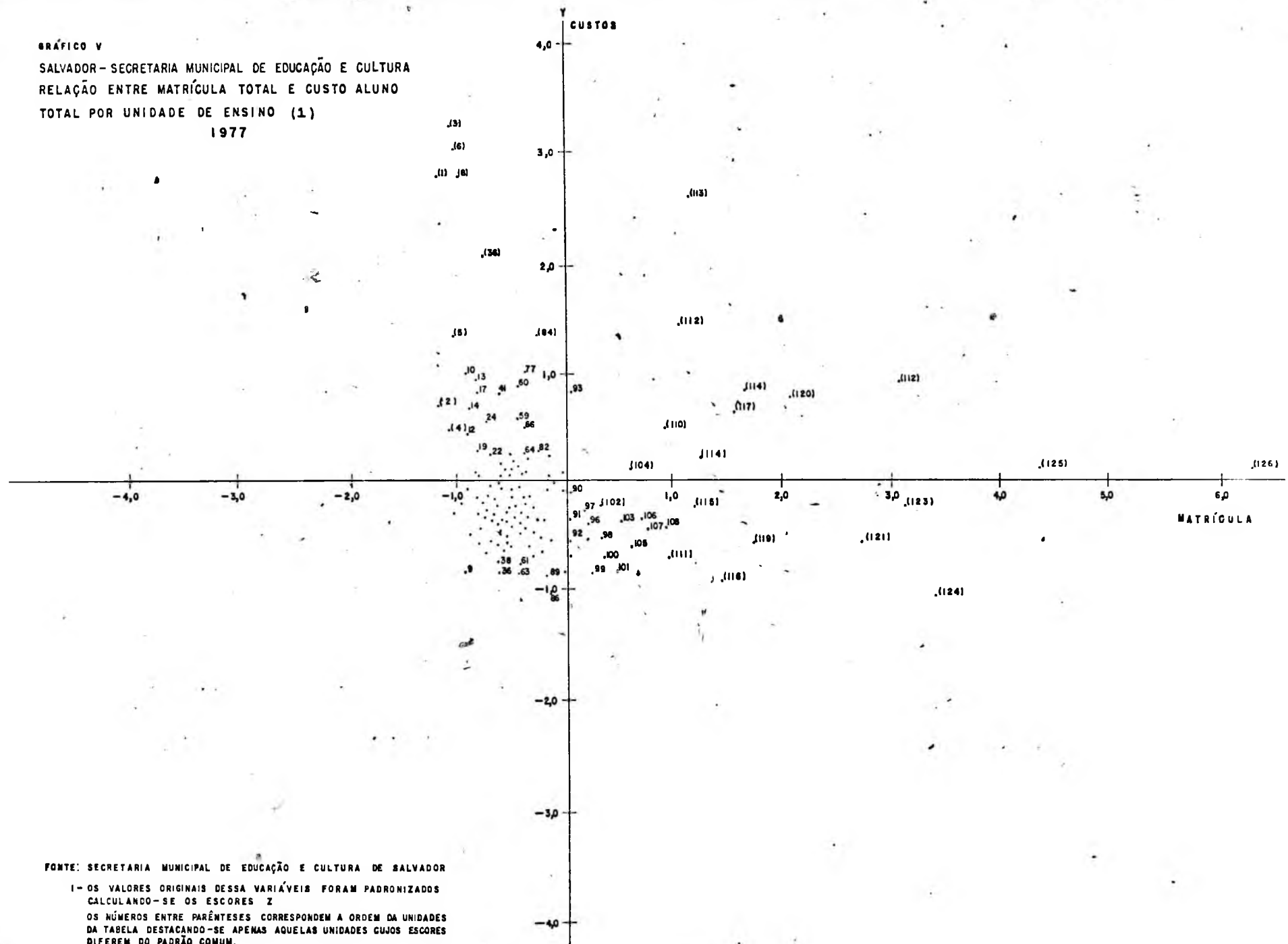
78	Luiza Pinto	214	339	1.269
79	Pe. Kaspar Kuster	215	387	1.371
80	Coração de Jesus	215	386	1.305
81	Profa. Anfrísia Santiago	222	549	1.466
82	Santa Ângela das Mercês	223	579	1.911
83	Municipal Cabula I	230	542	1.674
84	Mar. Ademar de Queiroz	241	1.290	2.617
85	Circulista	248	767	1.699
86	Comunidade do Bom Juá	262	191	996
87	União e Progresso	265	488	1.281
88	Henriqueta Machado	267	464	1.882
89	Anizete Alves Leal	267	244	1.131
90	Carmelitano / 31 de Março	274	638	1.671
91	Edmundo Guimarães	274	475	1.470
92	Francisco Manoel da Silva	277	307	1.342
93	N. Sra. de Nazaré	277	1.136	2.265
94	Moradores da Vila Rui Barbosa	279	443	1.330
95	Epaminondas Berbet de Castro	287	357	1.239
96	Antonio Carlos Magalhães	320	293	1.345
97	Batista do Calvário	326	452	1.404
98	Nova de São Cristovão	348	331	1.359
99	Alm. Ernesto Carneiro Ribeiro	353	311	1.159
100	Francisco de Sande	354	324	1.203
101	São Roque do Lobato	369	355	1.200
102	General Labatut	369	540	1.569
103	Almirante Marquês de Tamandaré	407	435	1.476
104	Tiradentes	420	513	1.777
105	Agnelo de Brito	422	350	1.298
106	Maria Imaculada	431	476	1.457
107	Padre Diderot de Almeida	432	527	1.467
108	Izidro Barreto	445	408	1.460
109	Artur de Sales	494	839	1.650
110	Ernesto Mourão Sá	502	839	2.056
111	Roberto Correia	510	336	1.230
112	Coronel Sebastião Dias	530	1.347	2.720
113	Alexandre Leal Costa	544	1.855	3.503
114	Brigadeiro Eduardo Gomes	560	552	1.862
115	Maria Constança	561	531	1.611
116	Assistência Social São José	618	153	1.086
117	Cidade de Jequiê	641	1.033	2.174
118	Hilberto Silva	655	1.153	2.261
119	Filhos de Salomão	677	325	1.321
120	Pirajá da Silva	739	956	2.239
121	Helena Magalhães	908	418	1.336
122	Dep. Juracy Magalhães	970	1.191	2.345
123	Abrigo dos Filhos do Povo	989	551	1.554
124	Clériston Andrade	1.061	220	994
125	Arlete Magalhães	1.273	812	1.782
126	Teodoro Sampaio	1.628	815	1.769
T O T A L		34.070		218.086
$\bar{x}$		270,39		1.730,84
σ		221,35		698,42

FONTE: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador.
Levantamento de campo para o diagnóstico da rede municipal.

2
8
56
450
396

GRÁFICO V

SALVADOR- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 RELAÇÃO ENTRE MATRÍCULA TOTAL E CUSTO ALUNO
 TOTAL POR UNIDADE DE ENSINO (1)
 1977



FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SALVADOR

1- OS VALORES ORIGINAIS DESSA VARIÁVELS FORAM PADRONIZADOS
 CALCULANDO-SE OS ESCORES Z
 OS NÚMEROS ENTRE PARÊNTESES CORRESPONDEM A ORDEM DA UNIDADES
 DA TABELA DESTACANDO-SE APENAS AQUELAS UNIDADES CUJOS ESCORES
 DIFEREM DO PADRÃO COMUM.

Tabela 18

SALVADOR - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Escolas municipais, segundo relação aluno/professor em ordem crescente e custos aluno/ano.
1977

Nº de ordem	Escolas	Relação aluno/professor	Custo direto aluno/ano	Custo total aluno/ano
1	John Kennedy	4	1.758	3.818
2	Beatriz Contreiras	6	1.930	3.956
3	Melvim Jones	8	1.589	3.654
4	Instituto Nossa Senhora do Salete	9	128	1.878
5	Marechal Ademar de Queiroz	9	1.290	2.617
6	Monsenhor Anísio	10	1.174	2.343
7	Anfrísia Santiago	11	832	2.300
8	Nossa Senhora de Nazaré	11	1.136	2.265
9	28 de Setembro	12	818	2.404
10	Nossa Senhora da Conceição da Praia	12	1.088	1.780
11	Artur Pereira Machado Soares	12	1.182	3.132
12	Miguel Lemos	12	532	3.637
13	Coronel Sebastião Dias (núcleo)	13	1.347	2.720
14	Alexandre Leal Costa (núcleo)	13	1.855	3.508
15	Santíssimo Sacramento	13	988	2.380
16	Simões Filho	13	863	2.396
17	Gremio São Joaquim	14	525	1.776
18	Hilberto Silva (núcleo)	15	1.115	2.261
19	Aristides Novis	16	808	2.049
20	Maria Rosalina C. Dantas	16	659	1.800
21	Manuel Ramiro Ferreira	16	609	1.931
22	Unidos dos Frades	17	733	2.025
23	Dep. Juracy Magalhães (núcleo)	17	1.191	2.345
24	Centro Gaucho	18	559	1.617
25	Santa Rita Durão	18	550	2.002
26	Cosme de Farias	18	599	1.878
27	Ajuda Social à Criança Desamparada	18	790	2.620
28	Pirajá da Silva (núcleo)	19	956	2.239
29	José Valadares	19	528	1.682
30	Centro Social Frei Benjamim	19	525	1.583
31	União e Progresso	20	488	1.281
32	Americano da Costa	20	698	2.310
33	Senhor da Paz	20	608	1.554
34	Almirante Ernesto Mourão de Sã (núcleo)	20	839	2.056
35	Henriqueta Machado	20	464	1.882
36	Tertuliano Gôes	21	602	1.879
37	Carmelitano - 31 de Março	21	632	1.671
38	Teodoro Sampaio	21	815	1.769
39	Dona Cecy Andrade	22	518	2.102
40	Profa. Anfrísia Santiago	22	549	1.466
41	Leopoldo Machado	22	388	1.459
42	Tiradentes	22	513	1.777
43	Circulista	22	767	1.699
44	Posseiros de Ubaranas	22	575	1.755
45	São João Batista	22	462	1.364
46	Artur de Sales	22	839	1.650
47	Cidade de Jequiê	22	1.033	2.174
48	Tomé de Souza	23	469	1.428
49	Nossa Senhora da Conceição de Paripe	23	421	1.501
50	Alvaro Lopes Benevides	23	487	1.693
51	General Labatut	24	540	1.569
52	15 de Novembro	24	489	1.611
53	Samuel Figueira	24	203	1.146
54	Alvaro de Souza Gomes	24	553	1.753
55	Santa Ângela das Mercês	24	579	1.911
56	São Roque do Lobato	25	355	1.200
57	Allan Kardec	25	485	1.422
58	D. Maria Constança (núcleo)	25	531	1.611
59	Santa Rita	25	257	1.378
60	São João de Plataforma	25	483	1.579
61	Moradores da Vila Ruy Barbosa	25	443	1.330
62	Murilo Celestino	25	535	1.623
63	Municipal Cabula I	25	542	1.674
64	Batista de São Caetano	26	297	1.311
65	D. Arlete Magalhães (núcleo)	26	812	1.782
66	Professor Lopes Ribeiro de Castro	26	411	1.450
67	Maria Imaculada	26	476	1.457
68	São Jerônimo	26	450	1.456
69	Santo Antonio da Federação	27	236	1.454
70	Joir Brasileiro	27	472	1.844
71	Rosalvo Barbosa Romeu	27	276	1.209
72	Pero Vaz Velho	27	479	1.903
73	Virgílio Gonçalves	27	605	2.154
74	Padre Diderot de Almeida	27	527	1.467
75	Conselheiro Carneiro da Rocha	27	407	1.472
76	Cidade Vitória da Conquista	27	469	1.814
77	Edmundo Guimarães	27	475	1.470
78	7 de Abril	27	400	1.536
79	Maria Bonfim	27	543	1.662
80	Abrigo Filhos do Povo	28	551	1.554

(Continuação Tabela 18)

81	União Caridade e Abrigo	28	420	1.468
82	13 de Junho	29	385	1.588
83	Batista do Calvário	29	452	1.404
84	Durval Pinheiro	30	424	1.728
85	Coração de Jesus	30	386	1.305
86	Cel. Joaquim Ângelo de Souza	30	864	2.184
87	Marechal Rondon	30	420	1.611
88	Padre Kaspar Kuster	30	387	1.371
89	Almirante Marquês de Tamandaré	31	435	1.476
90	Roberto Correia	31	336	1.230
91	Madre Helena - Irmãos Kennedy	31	459	1.416
92	Hercília Moreira	31	414	1.485
93	Intendente Francisco de Souza	31	228	1.518
94	Penafort Bittencourt	32	396	1.567
95	Xavier Marques	32	396	1.311
96	Abrigo do Salvador	32	518	2.138
97	Luiz Anselmo	32	397	1.505
98	Álvaro da Franca Rocha	32	373	1.150
99	Brigadeiro Eduardo Gomes (núcleo)	32	552	1.862
100	Seara do Mestre	32	356	1.189
101	6 de Janeiro	32	350	1.464
102	Dona Helena Magalhães (núcleo)	32	418	1.336
103	Cônego Orlando Teles	32	399	1.220
104	Maximiliano da Encarnação	33	194	1.135
105	Anizete Alves Leal	33	244	1.131
106	Conceição Menezes	33	384	1.700
107	Francisco Manoel da Silva	34	307	1.342
108	Conselheiro Luiz Rogério	34	375	1.404
109	Nova de São Cristóvão	34	331	1.359
110	Centro Social Santa Terezinha	35	364	1.508
111	Manoel de Abreu	35	355	1.237
112	Antonio Carlos Magalhães	35	293	1.345
113	Luiza Pinto	35	339	1.269
114	Epaminondas Berbet de Castro	35	357	1.239
115	Hugo Baltazar	35	343	1.365
116	Agnelo de Brito	35	350	1.298
117	Francisco de Sande	35	324	1.203
118	Martins Conceição	37	221	1.365
119	Comunitária de Bom Juá	37	191	996
120	Isidra Barreto	37	408	1.460
121	Madre Judite	40	317	1.290
122	Filhos de Salomão	42	325	1.321
123	Almirante Ernesto Carneiro Ribeiro	44	311	1.159
124	Municipal São Caetano	52	257	1.507
125	De Assistência Social São José	68	153	1.086
126	Elérston Andrade (núcleo)	70	220	994
T O T A L .		24	598	1.679

FONTE: Anexos 1 e 2

Tabela 19

SALVADOR - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
 Grupos Interescolares por renda hegemônica e custo aluno/total
 dos bairros onde estão localizados
 1977

Grupos Interescolares e bairros	Renda familiar hegemônica em salário mínimo de 1975 (1)	Custo/aluno Total (Cr\$)
GI - XI - Alexandre Leal Costa - NAZARÉ	mais de 11	2.740
GI - V - Cidade de Jequiê - FEDERAÇÃO - ENGENHO VELHO	3 a 11	1.924
GI - XII - Pirajá da Silva - LIBERDADE - LAPINHA	3 a 11	1.786
GI - III - Brigadeiro Eduardo Gomes - SÃO CRISTOVÃO	3 a 11	1.587
GI - I - Abrigo dos Filhos do Povo - LIBERDADE	menos de 3	1.589
GI - II - Almirante Ernesto Mourão de Sá - PARIPE	menos de 3	1.479
GI - IV - Clériston Andrade - PAU DA LIMA	menos de 3	1.211
GI - VI - Cel. Sebastião Dias - BROTAS	menos de 3	2.076
GI - VII - D. Maria Constança - MATA ESCURA DO RETIRO	menos de 3	1.391
GI - VIII - D. Helena Magalhães - BOA VISTA DO SÃO CAETANO	menos de 3	1.259
GI - IX - D. Arlete Magalhães - CASTELO BRANCO	menos de 3	1.487
GI - X - Dep. Juracy Magalhães - CAPELINHA S. CAETANO	menos de 3	2.016
GI - XIII - Prof. Hilberto Silva - BAIXA DO FISCAL	menos de 3	1.961
GI - XIV - Teodoro Sampaio - ALTO DA SANTA CRUZ	menos de 3	1.728

FONTE: GEIPOT/CONDER op. cit.
 Tabela ANEXO 2

1. A renda hegemônica do bairro, equivale a mais frequentemente encontrada e foi agrupada em 3 classes:
 A = mais de 11 salários mínimos de 1975
 B = mais de 3 a 11 salários mínimos de 1975
 C = menos de 3 salários mínimos de 1975.

4 - CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

Proposto como um dos instrumentos importantes para analisar o funcionamento de uma rede de ensino, este estudo alcançou resultados que extrapolam aqueles específicos de uma análise de custos. Assim, a constatação de situações de desequilíbrio evidenciada pela desproporcionalidade na distribuição das despesas, disparidades salariais e interferência do tamanho e localização das escolas no custo médio aluno/ano, evidencia a influência dos aspectos político-administrativos nos custos do ensino.

Realmente, no caso específico das redes municipais de ensino das capitais, poder-se-ia alegar a escassez de recursos como uma justificativa dos problemas existentes. Todavia, a tomada de decisões baseada no conhecimento dirigido das ineficiências da rede é a principal articuladora das mudanças requeridas, o que ressalta a importância das recomendações que se seguem:

- 1 - A constatação de que os aspectos sócio-econômicos da comunidade interferem nas características de oferta de ensino municipal, levam a concluir sobre a necessidade de considerar também os fatores extra-sistêmicos ao se definir uma política educacional;
- 2 - a desproporcionalidade entre despesas diretas e indiretas e a indicação da existência de uma "inchação" no setor administrativo, mostram que a rede de ensino analisado necessita de maior racionalização na gerência de seus recursos, sendo preciso investir muito mais no ensino propriamente dito. As prioridades neste sentido estariam voltadas para: a) melhor remuneração aos professores, criando-se, inclusive, um sistema vinculado à qualificação profissional e ao tipo de trabalho desempenhado; b) estímulo à utilização do material didático essencial para a facilitação do processo de aprendizagem;
- 3 - considerando os serviços de assessoramento técnico pedagógico de grande validade para eficiência da ação educativa, acredita-se que uma avaliação dos sistemas de orientação, coordenação e supervisão pedagógicas representaria um investimento justificável. Por isso, recomenda-se uma análise da atuação dos profissionais envolvidos naqueles sistemas e um estudo de custo/benefício dos seus serviços

técnicos para se avaliar financeiramente qual o retorno para o sistema de ensino.

- 4 - uma vez destacada a representatividade dos convênios no financiamento da rede, considera-se como bastante relevante a elaboração de um estudo do custo econômico dos serviços educacionais, levando-se em conta o valor de todos os investimentos aplicados e o valor dos bens de capital utilizados. Apenas deste modo seria possível conhecer a participação das entidades convenientes na obtenção do produto educacional e a produtividade dos insumos aplicados à educação, pelo governo municipal.

Considerando-se as dificuldades no levantamento de informações para o presente trabalho e considerando também ser necessária a constante atualização destas já aqui sistematizadas, sugerem-se como medidas possíveis de serem adotadas:

- 1 - a criação de um sistema de códigos a ser atribuído às escolas, evitando-se a perda de informações por dificuldades de identificar as unidades de referência e a duplicação de informações contraditórias.
- 2 - a centralização de informações sistematizadas segundo critérios previamente definidos, tendo em vista as necessidades do planejamento educacional.
- 3 - a colocação, em prática, de medidas destinadas a recuperar informações existentes nas unidades escolares, no órgão de administração central e em outros sub-sistemas de informação.

As sugestões apresentadas constituem medidas que inicialmente poderiam ser adotadas para melhorar o desempenho das instituições educacionais, face a objetivos definidos e atuais. Embora tais medidas possam, indiretamente, refletir nos aspectos qualitativos do ensino, no entanto, não substituem a necessidade de serem desenvolvidos outros estudos focalizando não apenas a qualidade do ensino, mas também, a relação entre esta e os custos do produto educacional.

Anexo 2

SALVADOR - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Estrutura dos custos do ensino de 1º grau na rede municipal da Cidade do Salvador
1977

Nº do ordem	ESCOLA	DESPESAS DIRETAS		TOTAL (A)	DESPESAS			INDIRETAS		TOTAL (B)	TOTAL DAS DESPESAS (A + B)
		Pessoal de regência	Material de ensino		Pessoal admn nistrativo	Assessoria- mento técn co-pedagógico	Manutenção e funcionamento	Sociais	Administra- ção Central		
I	GI - Abrigo dos Filhos do Povo	542.334	2.758	545.092	263.340	47.110	254.494	22.643	404.456	952.043	1.537.135
I1	Pereira Vaz Velho	52.624	109	52.733	35.144	47.110	27.794	2.472	44.172	156.692	209.425
I2	Virgílio Gonçalves	48.534	133	48.667	22.489	47.110	20.845	1.854	33.129	125.427	174.494
I3	Maria Bonfim	87.245	274	88.019	22.577	47.110	41.691	3.709	66.259	181.346	269.365
I4	Santa Rita	51.606	332	51.938	39.861	47.110	52.114	4.636	82.823	226.544	278.482
I5	Intendente Francisco de Souza	48.271	32	48.303	80.752	47.110	53.852	4.791	85.584	272.089	320.392
	TOTAL GI	831.514	3.638	835.152	464.163	282.660	450.790	40.105	716.423	1.954.141	2.789.293
II	GI - Alm. Ernesto Mourão Sá	421.467	110	421.577	247.989	18.539	128.550	11.437	204.298	610.813	1.032.350
II1	Serra do Mestre	68.516	283	68.799	12.003	18.539	48.640	4.327	77.302	160.811	229.610
II2	São João de Plataforma	97.754	332	98.086	66.664	18.539	51.216	4.559	81.443	222.451	320.537
II3	Pe. Kasper Kuster	82.657	753	83.410	46.268	18.539	54.720	4.868	86.964	211.359	294.765
II4	Prof. Lopes Ribeiro de Castro	86.609	263	86.872	56.502	18.539	53.652	4.791	85.584	219.268	306.140
II5	Nossa Senhora da Conceição de Paripé	68.984	179	69.163	46.833	18.539	41.691	3.709	66.259	177.031	246.194
II6	Maria Inoculada	204.461	758	205.219	108.529	18.539	110.310	9.814	175.310	422.502	628.121
II7	Francisco de Sade	114.419	591	115.010	50.555	18.539	90.332	8.037	143.561	299.169	409.155
II8	Alm. Ernesto Carneiro Ribeiro	109.626	360	109.986	38.700	18.539	90.332	8.037	143.561	299.169	409.155
II9	Centro Social Sta. Terezinha	51.600	581	52.181	56.796	18.539	31.263	2.782	49.654	159.079	210.613
II10	Durval Pinheiro	51.600	160	51.760	56.796	18.539	31.263	2.782	49.654	159.079	210.613
II11	Coração de Jesus	82.654	422	83.076	32.669	18.539	54.720	4.868	86.964	211.359	294.765
II12	Alm. Marques de Tamandará	176.430	1.007	177.437	125.915	18.539	104.229	9.273	165.647	423.603	601.646
II13	Cônego Orlando Teles	51.600	326	51.926	68.169	18.539	33.066	2.936	52.455	176.536	226.275
II14	Conceição Menezes	50.828	292	51.120	68.169	18.539	33.066	2.936	52.455	176.536	226.275
	TOTAL GI	1.719.205	6.417	1.725.622	1.005.184	278.085	962.382	85.619	1.529.473	3.860.743	5.586.365
III	GI - Brigadeiro Eduardo Gomes	307.050	2.357	309.407	331.209	18.659	143.316	12.751	227.765	733.700	1.043.107
III1	Agnelo de Brito	147.157	634	147.791	93.233	18.659	107.704	9.582	171.169	405.347	549.138
III2	Centro Gaúcho	60.873	652	61.525	23.281	18.659	27.794	2.472	44.172	116.378	177.503
III3	Cidade Vitória da Conquista	77.400	538	77.938	90.614	18.659	42.560	3.786	67.639	223.258	301.195
III4	União Caridade e Abrigo	58.991	1.160	60.151	33.515	18.659	36.480	3.245	57.976	148.875	210.026
III5	Samuel Figueira	14.530	494	15.024	10.936	18.659	27.794	2.472	44.172	175.333	231.353
III6	D. Cecy Andrade	56.857	135	56.992	101.552	18.659	27.794	2.472	44.172	175.333	231.353
III7	Novo de São Cristóvão	114.575	967	115.542	101.552	18.659	88.595	7.882	140.800	357.488	472.952
	TOTAL GI	837.393	6.937	844.330	764.340	149.272	493.351	43.890	784.361	2.225.214	3.069.533
IV	GI - Elverson Andrade	233.684	50	233.734	90.340	5.698	270.997	24.111	430.683	821.829	1.055.563
IV1	Américo Correia	171.427	352	171.779	100.523	5.698	130.287	11.592	207.059	455.559	627.335
IV2	Sete de Abril	42.716	990	43.706	43.602	5.698	27.794	2.472	44.172	123.738	167.444
IV3	Centro S. Frei Benjamin	29.816	154	29.970	15.042	5.698	14.765	1.313	23.452	60.284	90.234
IV4	Manoel de Abreu	50.506	384	50.890	22.634	5.698	36.480	3.245	57.976	126.033	176.923
IV5	Allan Kardec	98.248	283	98.531	44.919	5.698	52.114	4.636	82.823	190.190	288.721
IV6	General Labatut	199.025	522	199.547	120.349	5.698	94.675	8.423	150.463	379.608	579.155
IV7	São Roque do Lobato	127.218	360	127.578	50.990	5.698	92.069	8.191	146.322	303.270	430.843
	TOTAL GI	952.640	3.095	955.735	488.799	45.584	719.181	63.983	1.142.964	2.460.511	3.416.246
V	GI - Cidade de Jequié	659.928	2.586	662.514	264.871	26.663	164.162	14.606	260.894	731.196	1.393.710
V1	Francisco Manoel da Silva	84.723	428	85.151	69.398	26.663	71.223	6.337	113.192	286.813	371.964
V2	Tertuliano Góes	117.775	404	118.179	88.622	26.663	50.377	4.482	80.062	250.206	368.385
V3	Miguel Lenos	12.500	415	13.315	34.686	26.663	6.080	540	9.662	77.631	90.946
V4	Aristides Novaes	159.487	635	160.122	84.156	26.663	50.377	4.482	80.062	245.240	405.802
V5	Penaforte Bittencourt	51.506	412	51.918	26.019	26.663	33.874	3.013	63.835	143.404	205.322
V6	Americano da Costa	98.837	384	99.221	104.440	26.663	36.480	3.245	57.976	228.804	328.025
V7	Santo Antonio da Federação	32.687	162	32.849	47.292	26.663	35.611	3.168	56.596	169.330	202.173
	TOTAL GI	1.217.843	5.426	1.223.269	719.484	213.304	448.184	39.873	722.279	2.143.124	3.366.353
VI	GI - Col. Sebastião Dias	713.001	951	713.952	326.180	39.055	135.498	12.055	215.341	728.129	1.442.081
VI1	Abrigo de Salvador	98.681	291	99.472	139.551	39.055	49.509	4.404	78.682	311.201	410.673
VI2	Jolir Brasileiro	89.616	150	89.766	91.336	39.055	48.640	4.327	77.302	260.660	350.426
VI3	Batista do Calvário	147.258	344	147.602	47.803	39.055	83.383	7.418	132.518	310.177	457.773
VI4	Luiz Anselmo	77.400	165	77.565	44.278	39.055	49.509	4.404	78.682	215.928	293.491
VI5	Anfrísia Santiago	77.537	264	78.301	33.786	39.055	24.320	2.163	38.651	117.975	156.276
	TOTAL GI	1.203.493	3.165	1.206.658	682.934	234.330	390.859	34.771	621.176	1.964.070	3.170.728
VII	GI - O. Maria Constança	298.005	250	298.255	213.528	8.440	143.316	12.751	227.765	605.800	904.055
VII1	Senhor da Paz	96.873	461	97.334	97.334	8.440	40.823	3.632	64.878	151.435	248.755
VII2	Rosalvo Barbosa Romou	37.764	128	37.892	26.320	8.440	34.743	3.091	55.215	127.809	165.701
VII3	Cel. Joaquim Angelo de Souza	25.800	125	25.925	10.234	8.440	7.817	695	12.423	39.609	65.511
VII4	Comunidade do Bom Jud	49.812	349	50.161	23.281	8.440	66.880	5.950	106.250	210.811	261.022
VII5	Munificiano da Encarnação	26.119	196	26.315	25.513	8.440	34.743	3.091	55.215	127.809	153.317
VII6	Xavier Marques	51.600	326	51.926	20.762	8.440	33.874	3.013	53.835	119.924	171.850
	TOTAL GI	585.973	1.825	587.798	353.300	59.080	362.196	32.223	575.621	1.382.420	1.970.216

Anexo 2

SALVADOR - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Estrutura dos custos do ensino de 1º grau na rede municipal da Cidade do Salvador
1977

Nº de ordem	ESCOLA	DESPESAS DIRETAS			DESPESAS			INDIRETAS		TOTAL (B)	TOTAL DESPESAS (A + B)
		Pessoal de regência	Material de ensino	TOTAL (A)	Pessoal administrativo	Assessoramento técnico pedagógico	Manutenção e funcionamento	Sociais	Administração Central		
VIII	GI - D. Helena Magalhães	379.163	1.076	380.239	196.061	16.334	231.911	20.633	368.565	833.504	1.213.743
VIII.1	Antonio Carlos Magalhães	93.380	527	93.907	101.727	16.334	81.644	7.264	129.757	336.726	430.633
VIII.2	Batista de São Caetano	46.828	755	47.583	35.070	16.334	41.651	3.709	66.259	163.063	210.646
VIII.3	De Assistência Social S. José	94.621	231	94.852	137.101	16.334	158.082	14.065	251.232	576.814	671.666
	TOTAL GI	613.992	2.589	616.581	469.959	65.336	513.328	45.671	815.813	1.910.107	2.526.688
IX	GI - D. Arlete Magalhães	1.034.290	400	1.034.690	343.622	18.990	325.718	28.980	517.648	1.234.958	4.269.648
IX.1	Toni de Souza	88.790	406	89.196	32.900	18.990	48.640	4.327	77.302	182.159	271.355
IX.2	Madre Helena/Irmãs Kennedy	87.664	60	87.724	33.662	18.990	48.640	4.327	77.302	182.921	270.645
IX.3	Luiza Piquê	71.794	60	71.854	33.662	18.990	48.640	4.327	77.302	182.921	270.645
IX.4	Epaminondas Berbert de Castro	102.264	909	103.173	33.368	18.990	54.720	4.868	86.964	198.910	292.083
IX.5	Marchal Rondón	51.600	151	51.751	36.266	18.990	73.629	6.568	117.333	252.556	304.307
IX.6	Filhos de Salomão	220.052	364	220.416	192.570	18.990	311.268	2.782	49.694	146.483	366.903
IX.7	Cons. Luiz Rogério	77.400	283	77.683	54.548	18.990	52.114	4.636	82.823	135.111	212.794
IX.8	Prof. Anfrésia Santiago	120.983	944	121.927	33.542	18.990	56.457	5.023	89.725	203.373	325.300
IX.9	Antezete Alves Leal	65.194	169	65.363	36.252	18.990	67.749	6.027	107.672	236.779	302.142
IX.10	Alvaro da Franca Rocha	72.440	358	72.798	-	18.990	49.509	4.404	70.622	151.535	224.333
IX.11	Murilo Celestino	104.036	846	104.882	81.814	18.990	49.509	4.404	78.682	213.359	318.241
IX.12	Municipal Cabula I	123.674	1.054	124.728	85.651	18.990	58.195	5.177	92.486	260.459	385.187
IX.13	Hugo Baltazar	71.805	283	72.088	53.764	18.990	52.993	4.714	84.204	214.555	286.643
	TOTAL GI	2.291.594	6.634	2.298.228	1.041.756	265.860	1.142.719	101.615	1.815.213	4.366.623	6.664.851
X	GI - Dep. Juracy Magalhães	1.152.078	3.643	1.155.721	419.218	34.597	248.414	22.102	394.793	1.119.124	2.274.845
X.1	Edmundo Guimarães	129.464	932	130.396	51.900	34.597	69.466	6.182	110.431	272.556	402.952
X.2	Martins Conceição	15.896	710	16.606	16.406	34.597	19.108	1.700	30.368	85.773	102.379
X.3	Alvaro de Souza Gomes	80.472	321	80.793	42.557	34.597	36.480	3.245	57.976	175.255	256.048
X.4	Stea. Rita Durão	40.602	710	41.312	23.134	34.597	19.108	1.700	30.368	108.907	150.219
X.5	Municipal São Caetano	40.653	50	40.703	55.857	34.597	39.954	3.554	63.498	137.460	178.163
	TOTAL GI	1.459.165	6.366	1.465.531	593.066	207.582	432.550	38.483	687.434	1.559.115	3.024.646
XI	GI - Alexandre Leal Costa	1.008.900	479	1.009.379	383.119	35.117	138.973	12.364	220.863	799.436	1.799.815
XI.1	Arthur Pereira Machado Soares	142.168	957	143.125	119.324	35.117	30.400	2.704	48.313	235.858	378.983
XI.2	Stea. Ângela das Mercês	128.355	944	129.299	110.753	35.117	56.457	5.023	89.725	237.075	366.824
XI.3	Instituto M. Sra. da Salete	166.993	369	167.362	103.332	35.117	33.006	2.936	52.455	226.846	394.208
XI.4	Coos. de Farias	76.464	264	76.728	40.142	35.117	33.006	2.936	52.455	153.556	230.284
XI.5	Santíssimo Sacramento	75.233	773	76.006	24.156	35.117	19.977	1.777	31.749	122.778	198.785
XI.6	N. Sra. Conceição da Praia	90.718	710	91.428	51.428	35.117	31.714	1.932	34.509	163.155	254.583
	TOTAL GI	1.692.896	4.496	1.697.392	780.828	210.702	344.513	29.872	530.069	1.854.804	3.552.196
XII	GI - Pirojá da Silva	706.624	150	706.774	419.169	8.141	194.562	37.310	309.208	948.390	1.655.164
XII.1	Unidos dos Irmãos	38.700	157	38.857	23.134	8.141	13.897	1.236	22.086	63.494	102.351
XII.2	Pe. Diderot de Almeida	227.411	614	228.025	181.315	8.141	110.310	9.814	176.310	405.690	633.715
XII.3	N. Sra. da Nazaré D.A.F.	313.923	883	314.806	113.756	8.141	71.223	6.237	113.192	312.691	627.507
XII.4	União e Progresso	129.045	313	129.358	20.615	8.141	67.749	6.027	107.672	210.202	339.561
XII.5	Grêmio São Joaquim	93.613	540	94.153	53.814	8.141	46.034	4.055	73.161	225.245	319.399
XII.6	Leopoldo Machado	52.517	294	52.811	44.552	8.141	34.743	3.091	55.215	145.774	198.587
XII.7	Cons. Carneiro da Rocha	43.740	652	44.392	33.515	8.141	27.794	2.472	44.172	116.994	160.386
XII.8	Instituto Isidra Barreto	180.600	1.078	181.678	155.327	8.141	113.784	10.123	180.831	463.266	644.944
XII.9	Vinte e Oito de Setembro	59.632	919	60.551	59.353	8.141	19.108	1.700	30.368	117.710	178.261
XII.10	José Valadares	60.459	774	61.233	46.686	8.141	29.531	2.627	46.893	133.918	195.151
XII.11	Quinze de Novembro	46.648	256	46.904	34.520	8.141	24.320	2.163	38.651	127.795	174.700
	TOTAL GI	1.952.952	7.490	1.960.442	1.144.838	97.692	753.055	66.995	1.197.797	3.260.377	5.220.819
XIII	GI - Gilberto Silva	754.594	775	755.369	279.164	28.086	156.344	13.910	248.471	725.975	1.481.344
XIII.1	Ademar de Queiroz	310.463	609	311.072	126.456	28.086	61.669	5.486	98.008	319.705	630.777
XIII.2	Carmitiano - 31 de Março	174.618	388	175.006	66.476	28.086	70.355	6.259	111.812	222.583	397.589
XIII.3	Manoel Ramiro Ferreira	58.334	825	59.159	34.995	28.086	24.320	2.163	38.651	125.215	183.374
XIII.4	Seis de Janeiro	57.064	384	57.448	42.978	28.086	41.591	3.709	66.259	175.255	232.703
XIII.5	Tiradentes	214.958	704	215.662	214.154	28.086	107.704	9.582	171.169	570.695	786.357
XIII.6	Helvin Jones	103.200	135	103.335	61.905	28.086	16.503	1.468	26.277	134.135	237.372
XIII.7	São Jerônimo	94.452	649	95.101	39.960	28.086	53.852	4.791	85.564	212.273	307.374
XIII.8	Maria Rosalina C. Dantas	104.808	1.323	106.131	46.250	28.086	40.823	3.632	64.878	183.587	289.719
XIII.9	Síroes Filho	187.846	1.149	188.995	152.762	28.086	53.852	4.791	85.564	325.076	513.071
XIII.10	Henriqueta Machado	123.931	199	124.130	169.049	28.086	67.749	6.027	107.672	210.202	339.561
XIII.11	Alvaro Lopes Benevides	67.496	326	67.822	44.167	28.086	35.611	3.168	56.596	157.628	225.434
XIII.12	Moradores da Vila Ruy Barbosa	122.876	874	123.750	26.745	28.086	71.223	6.337	115.192	247.583	371.335
XIII.13	Monsenhor Anísio	225.259	249	225.508	66.046	28.086	48.640	4.327	77.302	224.401	449.909
XIII.14	Circulista	189.549	774	190.323	33.324	28.086	63.406	5.641	100.769	237.225	427.550
XIII.15	Treze de Junho	56.034	581	56.615	44.403	28.086	37.349	3.323	59.357	172.518	229.133
XIII.16	John Kennedy	94.316	669	94.985	45.891	28.086	13.897	1.236	22.086	111.196	206.082
	TOTAL GI	2.933.878	10.613	2.944.491	1.494.743	477.462	964.988	85.850	1.535.614	4.558.657	7.503.140
XIV	GI - Teodoro Sampaio	1.327.153	688	1.327.841	434.054	25.336	408.234	36.251	649.525	1.553.400	2.881.241
XIV.1	Posseiros de Ubaranas	50.803	946	51.754	20.466	25.336	22.583	2.009	35.890	106.284	158.038
XIV.2	Ajuda Social e Desamparada	42.419	270	42.689	36.279	25.336	13.897	1.236	22.086	98.334	141.023
XIV.3	Madre Juste	63.378	39	63.417	32.065	25.336	51.246	4.559	81.443	194.648	258.065
XIV.4	Beatriz Contreiros	96.393	125	96.518	38.302	25.336	11.139	1.139	23.466	101.291	197.809
XIV.5	Mercúlio Moreira	51.600	668	52.268	23.552	25.336	32.137	2.859	51.074	134.958	187.226
XIV.6	São João Batista	94.486	765	95.251	22.961	25.336	52.114	4.636	82.823	127.870	203.126
XIV.7	Arthur de Sales	278.376	1.030	279.406	172.145	25.336	126.944	11.205	200.157	525.787	805.193
	TOTAL GI	2.004.613	4.531	2.009.144	779.824	202.698	720.183	63.914	1.146.464	2.913.773	4.922.917
TOTAL GERAL DA REDE		20.297.541	72.822	20.370.363	10.773.210	2.709.637	18.696.759	772.664	13.820.701	36.897.064	57.267.373

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador

* A. desposas com assessoramento, manutenção e funcionamento das escolas e da Adm. Central foram rateadas em função do nº de alunos.

ANEXO 1

Salvador - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Grupos interescolares segundo número de alunos, professores, salas de aula, e tipos de escola(1)
1977

ESCOLAS E GI POR LOCALIZAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO DAS VARIÁVEIS	Tipo de escola	Total de alunos	Total de profes- sores	Salas de aula
LIBERDADE					
GI - TOTAL			1.755	62	24
I - GI - Abrigo dos Filhos do Povo		Núcleo	989	35	10
I1 - Pero Vaz Velho		Subsidiária	110	4	2
I2 - Virgílio Gonçalves		"	81	3	2
I3 - Maria Bonfim		"	162	6	3
I4 - Santa Rita		"	202	8	4
I5 - Intendente Francisco de Souza		"	211	6	3
PARIPE					
GI - TOTAL			3.776	126	34
II - GI - Alm. Ernesto Morão de Sá		Núcleo	502	24	6
II1 - Seara do Mestre		Subsidiária	193	6	3
II2 - São João de Plataforma		"	203	8	3
II3 - Pe. Kaspar Kuster		"	215	7	3
II4 - Prof. Lopes Ribeiro de Castro		"	211	8	2
II5 - M. Sra. da Conceição de Paripe		"	164	7	3
II6 - Maria Imaculada		"	431	12	6
II7 - Francisco de Sande		"	354	10	4
II8 - Alm. Ernesto Carneiro Ribeiro		"	353	8	4
II9 - Centro Social Sta. Terezinha		"	143	4	2
II10 - Durval Pinheiro		"	122	4	2
II11 - Coração de Jesus		"	215	7	4
II12 - Alm. Marques de Tamandaré		"	407	13	8
II13 - Cônego Orlando Teles		"	130	4	3
II14 - Conceição Menezes		"	133	4	2
SÃO CRISTOVÃO					
GI - TOTAL			1.933	64	29
III - GI - Brigadeiro Eduardo Gomes		Núcleo	560	17	6
III1 - Agnelo de Brito		Subsidiária	422	12	6
III2 - Centro Gaucho		"	110	6	3
III3 - Cidade Vitória da Conquista		"	166	6	3
III4 - União Caridade e Abrigo		"	143	5	2
III5 - Samuel Figueira		"	74	3	5
III6 - D. Cecy Andrade		"	110	5	3
III7 - Nova de São Cristovão		"	348	10	6
PAU DA LIMA					
GI - TOTAL			2.821	78	45
IV - GI - Clêriston Andrade		Núcleo	1.061	15	9
IV1 - Roberto Correia		Subsidiária	510	16	8
IV2 - Sete de Abril		"	109	4	3
IV3 - Centro S. Frei Benjamim		"	57	3	2
IV4 - Manoel de Abreu		"	143	4	2
IV5 - Allan Kardec		"	203	8	3
IV6 - Gal. Labatut		"	369	15	6
IV7 - São Roque do Lobato		"	369	14	12
FEDERAÇÃO					
GI - TOTAL			1.749	76	25
V - GI - Cidade de Jequiê		Núcleo	641	29	6
V1 - Francisco Manoel da Silva		Subsidiária	277	8	3
V2 - Tertuliano Góes		"	196	9	4
V3 - Miguel Lemos		"	25	2	1
V4 - Aristides Novis		"	198	12	4
V5 - Penafort Bittencourt		"	131	4	2
V6 - Americano da Costa		"	142	7	2
V7 - Santo Antonio da Federação		"	139	5	3
BROTAS					
GI - TOTAL			1.527	76	30
VI - GI - Cel. Sebastião Dias		Núcleo	530	38	6
VI1 - Abrigo do Salvador		Subsidiária	192	6	7
VI2 - Joir Brasileiro		"	190	7	4
VI3 - Batista do Calvário		"	326	11	6
VI4 - Luiz Anselmo		"	195	6	3
VI5 - Anfrisia Santiago		"	94	8	4

(Continuação do ANEXO 1)

MATA ESCURA DO RETIRO

GI - TOTAL		1.416	51	26
VII - GI - D. Maria Constança	Núcleo	561	22	10
VII ₁ - Senhor da Paz	Subsidiária	160	8	4
VII ₂ - Rosalvo Barbosa Romeu	"	137	5	2
VII ₃ - Cel. Joaquim Angelo de Souza	"	30	2	2
VII ₄ - Comunitária de Bom Juá	"	262	7	4
VII ₅ - Maximiniano da Encarnação	"	135	4	2
VII ₆ - Xavier Marques	"	131	4	2

BOA VISTA DE SÃO CAETANO

GI - TOTAL		2.006	52	30
VIII - GI - D. Helena Magalhães	Núcleo	908	28	13
VIII ₁ - Antonio Carlos Magalhães	Subsidiária	320	9	5
VIII ₂ - Batista de São Caetano	"	160	6	3
VIII ₃ - De Assistência Social São José	"	618	9	9

CASTELO BRANCO

GI - TOTAL		4.482	149	51
IX - GI - D. Arlete Magalhães	Núcleo	1.273	48	12
IX ₁ - Tomé de Souza	Subsidiária	190	8	2
IX ₂ - Madre Helena/Irmãos Kennedy	"	191	6	3
IX ₃ - Luiza Pinto	"	214	6	3
IX ₄ - Epaminondas Berbet de Castro	"	287	8	2
IX ₅ - Mal. Rondon	"	123	4	2
IX ₆ - Filhos de Salomão	"	677	16	8
IX ₇ - Conselheiro Luiz Rogério	"	207	6	4
IX ₈ - Profa. Anfrísia Santiago	"	222	10	3
IX ₉ - Anizete Alves Leal	"	267	8	4
IX ₁₀ - Alvaro da Franca Rocha	"	195	6	3
IX ₁₁ - Murilo Celestino	"	196	8	3
IX ₁₂ - Municipal Cabula I	"	230	9	4
IX ₁₃ - Hugo Baltazar	"	210	6	-

CAPELINHA DE SÃO CAETANO

GI - TOTAL		1.698	79	26
X - GI - Dep. Juracy Magalhães	Núcleo	970	54	11
X ₁ - Edmundo Guimarães	Subsidiária	274	10	4
X ₂ - Martins Conceição	"	75	2	1
X ₃ - Alvaro de Souza Gomes	"	146	6	3
X ₄ - Santa Rita Durão	"	75	4	2
X ₅ - Municipal São Caetano	"	158	3	5

NAZARE

GI - TOTAL		1.311	93	42
XI - GI - Dr. Alexandre Leal Costa	Núcleo	544	40	7
XI ₁ - Arthur Pereira Machado Soares	Subsidiária	121	10	5
XI ₂ - Santa Ângela das Mercês	"	223	9	9
XI ₃ - Instituto N.Sra. da Salette	"	130	14	6
XI ₄ - Cosme de Farias	"	128	7	5
XI ₅ - Santíssimo Sacramento	"	81	6	4
XI ₆ - N.Sra. Conceição da Praia	"	84	7	6

LIBERDADE/LAPINHA

GI - TOTAL		2.922	140	53
XII - GI - Pirajá da Silva	Núcleo	739	37	7
XII ₁ - Unidos dos Frades	Subsidiária	53	3	1
XII ₂ - Pe. Diderot de Almeida	"	432	16	6
XII ₃ - N.Sra. de Nazaré O.A.F.	"	277	25	5
XII ₄ - União e Progresso	"	265	13	6
XII ₅ - Gremio São Joaquim	"	180	8	5
XII ₆ - Leopoldo Machado	"	136	6	3
XII ₇ - Conselheiro Carneiro da Rocha	"	109	4	2
XII ₈ - Instituto Isidro Barreto	"	445	12	8
XII ₉ - 28 de Setembro	"	74	6	2
XII ₁₀ - José Valadares	"	116	6	3
XII ₁₁ - 15 de Novembro	"	96	4	5

BAIXA DO FISCAL

GI - TOTAL		3.826	230	59
XIII -GI - Prof. Hilberto Silva	Núcleo	655	41	9
XIII ₁ - Mal. Ademar de Queiros	Subsidiária	241	25	7
XIII ₂ - Carmelitano - 31 de Março	"	274	13	5
XIII ₃ - Manoel Ramiro Ferreira	"	97	6	3
XIII ₄ - Seis de Janeiro	"	164	5	3
XIII ₅ - Tiradentes	"	420	19	7
XIII ₆ - Melvin Jones	"	65	8	2
XIII ₇ - São Jerônimo	"	211	8	6
XIII ₈ - Maria Rosalina C. Dantas	"	161	10	4
XIII ₉ - Simões Filho	"	212	16	5
XIII ₁₀ - Henriqueta Machado	"	267	13	5
XIII ₁₁ - Alvaro Lopes Benevides	"	139	6	3
XIII ₁₂ - Moradores da Vila Ruy Barbosa	"	279	11	8
XIII ₁₃ - Monsenhor Anísio	"	192	18	5
XIII ₁₄ - Circulista	"	248	12	10
XIII ₁₅ - Treze de Junho	"	147	6	3
XIII ₁₆ - John Kennedy	"	54	12	2
XIII ₁₇ - Osório Teles da Rocha	"	-	2	3

ALTO DA SANTA CRUZ

GI - TOTAL		2.848	130	41
XIV -GI - Teodoro Sampaio	Núcleo	1.628	75	16
XIV ₁ - Posseiros de Ubaranas	Subsidiária	90	4	2
XIV ₂ - Ajuda Social a C. Desamparada	"	54	3	3
XIV ₃ - Madre Judite	"	200	5	3
XIV ₄ - Beatris Contreiros	"	50	8	3
XIV ₅ - Hercília Moreira	"	126	4	2
XIV ₆ - São João Batista	"	206	9	5
XIV ₇ - Artur de Sales	"	494	22	7

T O T A L	G E R A L (1)	34.070	1406	544
-----------	---------------	--------	------	-----

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal do Salvador - 1977
(levantamento de campo do projeto diagnóstico da rede municipal de ensino)

(1) Dados relativos a 126 escolas utilizadas no cálculo dos custos.

Anexo nº 3

Escolas em regime de convênio por número de salas de aula cedidas

Nº de ordem	Entidade	Escola	Nº de sala
01	Escola Samuel Figueira	Samuel Figueira	02
02	Paróquia N. Sra. das Dores	Coração de Jesus	04
03	Loja Maçonica Filhos de Salomão	Conj.Educacional Filhos de Salomão	08
04	Fund.de Saúde do Estado da Bahia	Otávio Mangabeira	02
05	Sociedade União Protetora 1º de Janeiro	José Rosa da Silva	03
06	Soc.Beneficente e Recreativa União e Progresso	Virgílio Gonçalves	02
07	Centro Comunitário Cristo Rei	Cristo Rei	04
08	Círculo Operário da Bahia	Colégio Circulista	10
09	Escola Manuelino Teixeira	Manoelino Teixeira	03
10	Soc.Beneficente e Cultural das Barreiras	Anizete Alves	04
11	Condomínio Sta. Bárbara	Inst.N.Sra.dos Remédios	03
12	Colégio São Jerônimo	São Jerônimo	06
13	Cruzada Social Auxílio Fraternal	Anfrísia Santiago	03
14	Camp. Nacional de Escola da Comunidade	Prof. Magalhães Neto	04
15	S.B.R.do Bairro de Sta.Luzia	Cônego Orlando Teles	02
16	Obras Paroquiais Senhor da Paz	Senhor da Paz	04
17	Centro Social Fraternidade Bahiana	Comunitária do Bom Juá	04
18	Colônia Espírita Seara do Mestre	Seara do Mestre	03
19	C.S.Monsenhor Amilcar Marques	Monsenhor Antonio Rocha Vieira	06
20	15 de Novembro Atlético Clube	15 de Novembro	03
21	Comunidade de Bananeiras	Afrísio Vieira Lima	02
22	Carmelitana 31 de Março	Carmelitana 31 de Março	03
23	Ass.Educativa Sta.Filomena	N. Sra. da Luz	05
24	Igreja Batista de S.Caetano	Batista de São Caetano	03
25	Círculo Operário da Bahia	Maria Imaculada	05
26	Loja Maç.União Caridade e Abrigo	União Caridade e Abrigo	02

Nº de ordem	Entidade	Escola	Nº de sala
27	Habitação e Urbanização da Bahia S/A	Cabula nº 1	04
28	URBIS	Conselheiro Luis Rogério de Souza	04
29	Urbanização da Bahia	Fazenda 7 de Abril	04
30	Congregação Ancilas do Menino Jesus	São João Batista	05
31	Soc.de Defesa Beneficente e Recreativa dos Moradores da V.Ruy Barbosa	Moradores da V.Ruy Barbosa	05
32	Soc.Benef.Recreativa 8 de Dezembro	N. Sra. da Conceição	03
33	Inst. Hercília Moreira	Hercília Moreira	02
34	Comunidade de Sto. Antonio da Barra	Sto. Antonio da Barra	08
35	Centro de Assistência Social dos Capuchinhos	Profa.Berenice Soares Rocha	02
36	Sociedade 10 de Junho	Luiza Pinto	02
37	Paróquia de Sant'ana	São José de Sant'ana	05
38	Obras de Assist.aos Pobres Vendilhões	Artur Ferreira Machado Soares	05
39	Soc.Fraternal do Bairro do Pau da Lima	Soc. Fraternal	05
40	Assist. Soc. São José	Conj.Assist.Soc.São José	09
41	Soc.de Assist. a Infância e Menores Desamparados	Santa Rita	03
42	Centro Social e Educativo Lídio dos Santos	Edmundo Guimarães	04
43	Sociedade Cultural União e P. da Rua da Alegria	Álvaro de Souza Gomes	03
44	Soc.Benef.Cultural da Jaqueira do Carneiro	Rosalvo Barbosa Romeu	02
45	Soc.União e Progresso 10 de Outubro	Manoel Ramiro Ferreira	03
46	Soc.Benef.e Democrática dos Alagados de Itapagipe	Rosalina Conrado Dantas	03
47	Ass.Benef. Sta.Rita Durão	Santa Rita Durão	02
48	Organização Auxílio Fraternal	N.S. Nazaré	05
49	Congregação das Ancilas do Menino Jesus	Madre Helena Irmãos Kennedy	03
50	Fundação Educacional Tomé de Souza	Fundação Tomé de Souza	06

Nº de ordem	Entidade	Escola	Nº de sala
51	Inst. dos Cegos da Ba.	Instituto dos Cegos	07
52	Soc.de Defesa Benef.dos Moradores de Mangueira de Massaranduba	Melvin Jones	02
53	Soc. Benef.Recreat. e Defesa dos Moradores do Eng.Velho da Federação e Adjacências	Francisco Manoel da Silva	04
54	Soc.Benef.13 de Junho	13 de Junho	03
55	Escola N.Sra. de Fátima	N.Sra. de Fátima	01
56	Soc.Benef.e Progresso da Pacheco	N. Sra. de Guadalupe	01
57	Fund.Nacional Sto.Antonio	Sto.Antonio de Ondina	05
58	Irmandade do Sacramento e N.Sra. da Conceição da Praia	Paroquial N. Sra. da Conceição da Praia	06
59	Igreja Batista SINAI	SINAI	07
60	Centro Benef.e Cultural Esp. São Jorge	Álvaro Lopes Benevides	02
61	Centro de Assistência Social dos Capuchinhos	Centro Social Frei Benjamim	02
62	Sind.dos Trabalhadores na Ind.de Extração do Petróleo do Est.da Bahia	Marechal Ademar de Queirós	07
63	Congregação das Ancilas do Menino Jesus	Madre Judite	04
64	Centro Comunitário Sta. Cruz de Paripe	Sta. Cruz de Paripe	04
65	Colégio São José	São José	04
66	Soc.Algodoeira do Nordeste Brasileiro S/A	Climério de Oliveira	04
67	Instituto Espírita Casa de Emanuel	Leopoldo Machado	04
68	Paróquia N.Sra. dos Mares	Monsenhor Anísio	05
69	Comunidade Franciscana da Bahia Bahia	Pax	08
70	Obra Social Dom Augusto Cardeal da Silva	Antonio Carlos Magalhães	05
71	Soc.Benef.e Recreativa Unidos de Pernambuco	Tomé de Souza	02
72	Asilo Conde Pereira Marinho	Paula Franssinetti	06
73	Grupo Espírita Deus dos Sofredores	Maria Bomfim	03
74	Casa N.Sra. das Mercês	Santa Ângela das Mercês	10

Nº de ordem	Entidade	Escola	Nº de sala
75	Instituto N.Sra.da Salete	N.Sra.da Salete	08
76	Centro Social Mangueira	Centro S. Mangueira	07
77	Sociedade Satélite	1º de Maio	03
78	Grupo Irmãos Unidos	6 de Janeiro	03
79	Habitação e Urbanização da Bahia	Almirante Carneiro Ribeiro	04
80	Ação Social da Paróquia São Braz	Pe. Karpar Kuster	03
81	Ação Soc.da Paróquia São Braz	São João Araças	03
82	Colônia de Pescadores de S.Tomé de Paripe	Otaviano Pimenta	02
83	Soc.Benef.Clube das Mães S. Roque do Lobato	São Roque do Lobato	08
84	Associação Pão dos Pobres de Sto. Antonio	Vila Vicentina	04
85 1	Esporte Clube Palmeira	Americano da Costa	03
86	Soc.Benef.e Rec. 31 de Dezembro	Soc.31 de Dezembro	01
87	Soc.União Protetora 1º de Janeiro	José Rosa da Silva	03
88	Soc.e Def.dos Moradores do Bairro da Federação e Adj.	Miguel Lemos	01
89	Ajuda Social a Criança Desamparada	Ajuda a Criança Desamparada	01
90	Cent.Comunit. de Paramana	Escola Paramana	01
91	Cent.Comunit. Ma. Guarda	Escola Ma.da Guarda	01
92	Praia Grande de Maré	Praia Grande de Maré	01
93	Esc.N.Sra. de Fátima	N. Sra. de Fátima	01
94	Soc.Def.e Progresso da Fazenda Grande do Retiro	Martins Conceição	01
95	Soc.e Def.e Cultura de Mata Escura	Coronel Joaquim Ângelo Souza	01
96	Soc.Benef.União do Centenário	Alto do Formoso	01
97	Soc.Posseiros de Ubarana	Soc.Posseiros de Ubaranas	01
98	Soc.Benef.Rec.Unidos dos Frades	Unidos dos Frades	01
99	Soc.e Def.dos Moradores do Gantois e Ferreira Santos	Santo Antonio	01
100	Grupo Esp.Estrela de Jacob	Escola Const. Medeiros	05
101	Cent.Educ.Agenor Oliveira	Cent.Educ.Agenor Oliveira	03

Nº de ordem	Entidade	Escola	Nº de sala
102	Instituto Rute Aleixo	Rosa Virginia	07
103	Soc.Cult.e Benef.John Kennedy	John Kennedy	02
104	Assoc.Benef.e Progressista Sto. Antonio	Epaminondas Torres	02
105		N.Sra. da Conceição	06
106	Igreja B. Filadelfa	Isidra Barreto	08
107	Abrigo Filhos do Povo	Abrigo Filhos do Povo	10
108			
109	Igreja B. do Calvário	Ig. Batista do Calvário	06
110	Igreja São Nicolau	Escolinha de Igreja São Nicolau	03
111	Soc.Beneficente União e Progresso	União e Progresso	03
112	Escola Constância Medeiros	Escola Constância Medeiros	05
113	Ação Social de São Caetano	Escola Municipal São Caetano	06
	Paróquia da Paz	Escola Municipal Santíssimo Sacramento	04
	Total de salas cedidas		406

6 - BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Relatório extraído do processamento de dados levantados em 30.04.1970. Rio de Janeiro, 1977.
- CASTRO, Cláudio. Eficiência e custos das escolas de nível médio: um estudo piloto na Guanabara. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971. 71 p. tab. graf. (Relatório de Pesquisa, 3).
- CASTRO, Cláudio. Ensino Técnico, desempenho e custos. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972. 328 p. (Relatório de Pesquisa, 10).
- CASTRO, Cláudio. Investimento em educação no Brasil: uma réplica. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, 1 (2):393-401, dez., 1971.
- CASTRO, Cláudio. Investimento em educação no Brasil: um estudo sócio-econômico de 2 comunidades industriais. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. 208 p. tab. graf. (Série Monográfica, 12).
- CHÂU, N.H.C. Les coûts de l'éducation: ESSAI de justification d'une analyse économique. Revue Tiers-Monde, Paris, Presses Universitaires, (22) avril/juin, 1965.
- COOMBS, P. & HALLAK, J. Managing educational cost. London, Oxford, University Press, 1972. p. 75-270.
- INDICADORES SOCIAIS, Salvador, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, CEPLAB, nº 2, 1977. 166 p.
- HALLAK, J. Coûts et dépenses en éducation. Paris, UNESCO, 1969. (Série Principes de la planification de l'éducation, 10).
- KHÔI, Le Thanh. L'industrie de l'enseignement. 6 ed. Paris, Les Editions de Minuit, 1967.
- LANGONI, Carlos. Investimento em educação no Brasil: um comentário. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, IPEA, 1 (2): 381, dez., 1971.
- MATON, J. & VIJUERE, J.V. Contribution à la élaboration de un método de estudio comparativo sobre los costos de la formation. s.n.t.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, Paris. Financing of education for economic growth. Paris, 1966. 428 p. Estudos preparados para a conferência organizada pela OCDE, Paris, 1964.
- POIGNANT, R. Despesas de educação e análise de custos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, MEC/INEP, 54 (119): 37, jul./set., 1970.
- PREST, A.R. & TURNEY, R. Educação. In: PANORAMA da moderna teoria econômica. São Paulo, Atlas, 1973. V.3, p. 252-255. Trabalho organizado por "American Economic Association" e "Royal Economic Society".
- REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, Rio de Janeiro, MEC/INEP, V. 54, n.119, jul./set., 1970.
- SALVADOR, Leis, decretos, etc. Decreto n. 5.266, 24 nov. 1977. ... dispõe sobre a estrutura de órgãos da Secretaria Municipal de Educação... Diário Oficial [do] Estado da Bahia, Salvador, 30 nov. 1977. p. 57-58.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Orçamentação de 1977. Salvador, 1976. (Cadernos OCEPLAN).

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação e Cultura. Questionários do projeto de diagnóstico da rede de ensino. Salvador, 1977.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação e Cultura. Relatório anual - 1976. Salvador, 1977.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação e Cultura. Relatório anual - 1977. Salvador, 1978.

UNESCO, Paris. Côuts et productivité en education. Paris, IIPE, 1967.

VAIZEY, I. & CHESSWAS, J.D. The costing of educational plans. 2 ed. Paris, UNESCO, 1969. (Série Fundamentals of educational planning, 6).